

**ATA DA 11ª. SESSÃO ORDINÁRIA, DO 2º. PERÍODO LEGISLATIVO, DA 17ª. LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2018. PRESIDENTE: ELISÂNGELA MAZINI MAZIERO BREGANOLI, SECRETÁRIO: ELIAS DE SISTO.** A hora regimental, feita a chamada verificou-se a presença dos Vereadores: Agimar Alves, Aloysio Taliberti Filho, Aparecido Donizeti Teixeira, Brasilino Antonio de Moraes, Carlos Henrique Lopes Faustino, Daniel Girotto, Eduardo Ribeiro Barison, Edimilson Manoel, Elisângela Mazini Maziero Breganoli, Elias de Sisto, Francisco Carlos Cândido, José Roberto Pereira, Josimar Alves Vieira, Luiz Braz Mariano e Valdirene Donizeti da Silva Miranda. Havendo número legal, a Presidente sob a proteção de Deus, declara abertos os trabalhos da presente sessão ordinária. Em seguida foram lidas e aprovadas sem debate a ata resumida da 10ª (décima) sessão ordinária e a ata resumida da 2ª (segunda) sessão extraordinária da 17ª (décima sétima) legislatura, realizadas no dia 09/04/2018. A Presidente solicita aos senhores vereadores e demais presentes que fiquem de pé para a leitura de um versículo bíblico: “Salmos - Capítulo 106 - Versículos 1 ao 3: Aleluia. Louvai o Senhor, porque ele é bom. Porque eterna é a sua misericórdia. Assim o dizem aqueles que o Senhor resgatou, aqueles que ele livrou das mãos do opressor, assim como os que congregaram de todos os países, do oriente e do ocidente, do norte e do sul”. A senhora Presidente comunica aos senhores vereadores interessados em fazer uso da palavra no Expediente que deverão se inscrever com a 2ª Secretaria, vereadora Valdirene Donizeti da Silva Miranda. **NO EXPEDIENTE FORAM LIDOS: MATÉRIAS DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL: PROJETO DE LEI Nº 013/2018**, de autoria do Senhor Prefeito Dr. Wanderley Fernandes Martins, que altera disposições contidas nas vagas e empregos do quadro permanente da Lei nº 2.075, de 04-04-1991. **Despacho:** Cientes senhores Vereadores, encaminhe-se à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade. **OFÍCIO Nº. 266/2018**, encaminhando cópia dos Balancetes das Receitas e das Despesas, Boletim de Caixa e Relação de Pagamentos referentes aos meses de novembro e dezembro/2017. **OFÍCIO Nº. 257/2018**, em resposta ao Ofício nº 152/2018, que cobra resposta aos **Requerimentos nº. 93, 96, 99, 101, 102, 103, 105, 107, 108, 110 e 112/2018**, e informando que se trata de Indicações e que foram despachados para os departamentos competentes. **OFÍCIO Nº. 304/2018**, em resposta ao Ofício nº 173/2018, que cobra resposta aos **Requerimentos nº. 115, 121 e 123/2018**, e informando que se trata de Indicações e que foram despachados para os departamentos competentes. **OFÍCIO Nº. 280/2018**, em resposta ao **Requerimento nº. 83/2018**, firmado por seis vereadores: (Aloysio Taliberti Filho, Daniel Girotto, Eduardo Ribeiro Barison, Elisângela Mazini Maziero Breganoli, José Roberto Pereira e Valdirene Donizeti da Silva Miranda). **OFÍCIO Nº. 282/2018**, em resposta ao **Requerimento nº. 74/2018**, firmado por seis vereadores: (Aloysio Taliberti Filho, Daniel Girotto, Eduardo Ribeiro Barison, Elisângela Mazini Maziero Breganoli, José Roberto Pereira e Valdirene Donizeti da Silva Miranda). **OFÍCIO Nº. 283/2018**, em resposta ao **Requerimento nº. 92/2018**, firmado por seis vereadores: (Aloysio Taliberti Filho, Daniel Girotto, Eduardo Ribeiro Barison, Elisângela Mazini Maziero Breganoli, José Roberto Pereira e Valdirene Donizeti da Silva Miranda). **OFÍCIO Nº. 289/2018**, em resposta ao **Requerimento nº. 61/2018**, firmado por seis vereadores: (Aloysio Taliberti Filho, Daniel Girotto, Eduardo Ribeiro Barison, Elisângela Mazini Maziero Breganoli, José Roberto Pereira e Valdirene Donizeti da Silva Miranda). **OFÍCIO Nº. 290/2018**, em resposta ao **Requerimento nº. 90/2018**, firmado por cinco vereadores: (Aloysio Taliberti Filho, Daniel Girotto, Eduardo Ribeiro Barison, José Roberto Pereira e Valdirene Donizeti da Silva Miranda). **OFÍCIOS Nº. 262 e 279/2018**, em resposta aos **Requerimentos nº. 43 e 94/2018**, de autoria da Vereadora Valdirene Donizeti da Silva Miranda. **OFÍCIO Nº. 295/2018**, em resposta ao **Requerimento nº. 557/2018**, de autoria da Vereadora Elisângela Maziero. **OFÍCIO Nº. 263/2018**, em resposta ao **Requerimento nº. 87/2018**, de autoria do Vereador Agimar Alves. **OFÍCIO Nº. 270/2018**, em resposta ao **Requerimento Verbal nº. 596/2017**, de autoria do Vereador Eduardo Ribeiro Barison. **OFÍCIO Nº. 278/2018**, em resposta ao **Requerimento nº. 100/2018**, de autoria do Vereador Elias de Sisto. **OFÍCIO Nº. 294/2018**, em resposta ao **Requerimento nº. 701/2018**, de autoria do Vereador Luiz Braz Mariano. **Despachos:** Ciente os senhores vereadores e arquive-se. **MATÉRIAS DE AUTORIA DO PODER LEGISLATIVO: BALANCETE** da Receita e da Despesa da Câmara referente ao mês de fevereiro de 2018. **Despacho:** Ciente os senhores vereadores e encaminhe-se a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade. **PROJETO DE LEI Nº 012/2018**, de autoria dos Vereadores Aloysio Taliberti Filho e José Roberto Pereira, que dispõe sobre a proibição de queima, soltura e manuseio de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos que causem poluição sonora acima de 65 decibéis no Município de Mococa. **Despacho:** Cientes

senhores Vereadores, encaminhe-se à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

**REQUERIMENTOS:** **Requerimento nº 155/2018**, de autoria do vereador Carlos Henrique Lopes Faustino, solicitando do senhor prefeito municipal, cópia dos processos licitatórios em que a empresa “Mult Beef” figurou como contratada pelo Poder Executivo para o fornecimento de produtos alimentícios à Rede Municipal de Ensino. **Em discussão o autor** diz: Este requerimento foi feito pela questão que no último dia 6 houve um procedimento contra a “Mult Beef” e seus membros, inclusive o dono da empresa foi preso na cidade de Ribeirão Preto. Essa empresa ganhou algumas licitações por um período no Município de Mococa, como também em outros 32 municípios do Estado. Gera uma preocupação na questão entre a reportagem do site da Rede Globo, onde faz questionamento que havia tendência em algumas licitações, e por isto a empresa foi investigada. Além de a empresa negar o pagamento de impostos, juntamente com três fiscais da Receita Federal onde eles teriam que pagar trinta e dois milhões e foi pago só uma multa de um milhão de reais. Então gera uma preocupação até porque foi circulado o nome do município de forma negativa. Então eu gostaria de ter em mãos as licitações feitas onde essa empresa conseguiu êxito. Nós tivemos algumas discussões sobre a Merenda aproximadamente há 45 dias e onde foi discutido muito essa questão onde a atual licitação pedida pelo prefeito houve até questionamentos aqui nessa Casa. Parece que algumas empresas, nem sei se foi essa empresa, talvez possa ter sido até a mesma que fez questionamento perante o Tribunal de Contas onde teve que refazer o processo licitatório. Então é só uma questão de informação para os vereadores terem informações sobre esse fato ocorrido. **Em discussão o vereador Eduardo Ribeiro Barison** diz: Parabéns pelo requerimento. Eu acho que todo esclarecimento é necessário a esta Casa, mas eu quero te falar o que mais me preocupa é que o atual Executivo fez uma compra direta sem licitação dessa empresa no valor de R\$ 80.000,00, após ter sido até a base do requerimento que será lido. Até mesmo após a suspensão da licitação feita pelo Tribunal de Contas, o Executivo foi lá e comprou dessa “Mult Beef” R\$ 80.000,00 sem licitação e não abriu nova licitação para fazer compra de merenda. Então é preocupante. Agora é muito mais preocupante é você comprar, mas tem que esclarecer realmente. Tem que esclarecer, não deve nada, mas que a prefeitura comprou desta empresa “Mult Beef” poucos dias atrás R\$ 80.000,00 de carne sem licitação. **Requerimento nº 156/2018**, de autoria do vereador Eduardo Ribeiro Barison, solicitando informações ao senhor prefeito municipal, acerca do pagamento do piso salarial aos cirurgiões dentistas concursados da Prefeitura. **Requerimento nº 157/2018**, de autoria da vereadora Valdirene Donizeti da Silva Miranda, solicitando informações ao senhor prefeito municipal, quanto à possibilidade de instituir programa de fornecimento de Kit Lanches a pacientes renais crônicos em tratamento. **Requerimento nº 158/2018**, de autoria do vereador Eduardo Ribeiro Barison, solicitando informações ao senhor prefeito municipal, quanto à possibilidade de instalar novo poço artesiano e de realizar manutenção daqueles já existentes no Condomínio Pôr do Sol. **Em discussão o Vereador Eduardo Ribeiro Barison** diz: Eu acho que todos já estão sabendo, mais um final de semana o Pôr do Sol passou sem água. Então a gente vê que a questão da água ali é uma questão mais que necessária. A indicação no requerimento é sugestão ao prefeito para que o mesmo faça nesta área a construção de pelo menos um novo poço artesiano até se resolver todo e qualquer questionamento lá para que possa aqueles moradores ter mais uma tranquilidade, até que se resolvam todos os impasses para que se possa chegar lá a água da SABESP. **Em discussão o vereador Brasilino Antonio de Moraes** diz: Eu acho louvável este requerimento para pôr mais um poço artesiano até que a SABESP resolva de vez este problema. Este problema está na SABESP, tenho cobrado quase todos os dias, então seria bom mais um poço artesiano lá. Esta preocupação nossa vem há tempos. Há quatro anos eu e o Agimor estivemos em São Paulo e conseguimos verba para dois poços artesianos, o qual poderia ter indicado e feito um poço artesiano lá para ajudar, mas a ex-prefeita não quis o poço, sinalizou que não havia interesse no poço artesiano e acabamos perdendo os poços artesianos. **Requerimento nº 159/2018**, firmado por cinco vereadores: Daniel Girotto, Eduardo Ribeiro Barison, Elisângela Mazini Maziero Breganoli, José Roberto Pereira e Valdirene Donizeti da Silva Miranda, solicitando informações ao senhor prefeito municipal, a respeito da observância às leis ambientais durante os preparativos da EXPOAM 2018. **Em discussão o vereador Eduardo Ribeiro Barison** diz: Este requerimento visa questionar, porque até um vídeo eu recebi do corte de uma árvore lá no parque, fora os que foram retirados. Eu quero saber se existe autorização prévia para se fazer isso, se houve pedido para essa autorização e quem o emitiu. **Requerimento nº 160/2018**, de autoria da vereadora Valdirene Donizeti da Silva Miranda, solicitando informações ao senhor prefeito municipal, visando esclarecer o motivo de não ter sido efetuado o pagamento dos funcionários da Casa Abrigo até o presente

momento referente aos últimos meses. **Requerimento nº 161/2018**, de autoria da vereadora Valdirene Donizeti da Silva Miranda, reiterando informações ao senhor prefeito municipal, quanto à possibilidade de determinar o recapeamento das ruas carecidas deste serviço no Jardim Residencial Samambaia. **Requerimento nº 162/2018**, firmado por cinco vereadores: Daniel Girotto, Eduardo Ribeiro Barison, Elisângela Mazini Maziero Breganoli, José Roberto Pereira e Valdirene Donizeti da Silva Miranda, solicitando informações ao senhor prefeito municipal, a respeito dos serviços prestados pela empresa contratada pela prefeitura Municipal de Mococa para a realização da EXPOAM 2018. **Requerimento nº 163/2018**, de autoria do vereador Eduardo Ribeiro Barison, solicitando informações ao senhor prefeito municipal, no sentido de esclarecer acerca dos rastreadores veiculares de rotas, horários e itinerários dos veículos oficiais da Prefeitura. **Em discussão o vereador Eduardo Ribeiro Barison** diz: Este requerimento é porque foi apontado pelo Tribunal de Contas a obrigação do município em todos os seus veículos ter o rastreador para saber onde que eles estão se locomovendo, inclusive o carro do nosso prefeito precisa ter rastreador e então eu tenho a informação que não existem rastreadores nos meios de locomoção novos da Prefeitura e também os que tinha sido colocados não foi feita nova licitação e muito menos foram repostos os que foram retirados. Então isso é uma preocupação, tem que ter porque é uma exigência do Tribunal de Contas que veículos sejam rastreados. **Requerimento nº 164/2018**, firmado por cinco vereadores: Daniel Girotto, Eduardo Ribeiro Barison, Elisângela Mazini Maziero Breganoli, José Roberto Pereira e Valdirene Donizeti da Silva Miranda, solicitando informações ao senhor prefeito municipal, a respeito dos gastos públicos para a contratação do show da dupla sertaneja Guilherme e Santiago. **Requerimento nº 165/2018**, de autoria da vereadora Valdirene Donizeti da Silva Miranda, solicitando informações ao senhor prefeito municipal, através do departamento de Promoção Social e Habitação, juntamente com a empresa GAB, para que esclareça quanto à atual situação do cadastramento social do Condomínio Pôr do Sol. **Requerimento nº 166/2018**, firmado por oito Vereadores: Agimar Alves, Aparecido Donizeti Teixeira, Brasilino Antonio de Moraes, Carlos Henrique Lopes Faustino, Edimilson Manoel, Francisco Carlos Cândido, Josimar Alves Vieira e Luiz Braz Mariano, solicitando informações ao senhor prefeito municipal acerca dos gastos com a realização da EXPOAM de 2018. **Requerimento nº 167/2018**, firmado por cinco vereadores: Daniel Girotto, Eduardo Ribeiro Barison, Elisângela Mazini Maziero Breganoli, José Roberto Pereira e Valdirene Donizeti da Silva Miranda, solicitando informações ao senhor prefeito municipal, a respeito da manutenção do Aterro Sanitário Municipal de Mococa. **O Requerimento foi lido na íntegra.** **Em discussão o Vereador Aloysio Taliberti Filho** diz: Presidente, a gente tem ouvido falar a respeito e as pessoas que foram lá ver o aterro sanitário também comentaram, realmente é uma situação preocupante. Tem jeito de mostrar as fotos que foram tiradas do aterro sanitário? **A Presidente** diz que sim e o vídeo com as fotos são mostradas no telão. **Em discussão o Vereador José Roberto Pereira** diz: A gente desde a semana passada vem falando, eu tinha passado pela pista e vi o entorno como estava a situação. Teve muitas postagens do pessoal durante a semana no Face e era para ter ido no final de semana, mas devido as chuvas e os compromissos fomos hoje de manhã. É um local que está triste de saber as condições. A gente tinha um aterro sanitário e ver como está lá hoje. Passaram para a gente que em torno de umas três semanas não está compactando os lixos. Está uma leira com mais de metro. A gente sabe que isso não pode ela tem que ter a cobertura todo dia. Tem urubus, mau cheiro. Se vocês perceberam a quantidade de urubus não sei se vai dar para a gente ver. É lastimável, a gente estava do lado de cá e eles sentaram na outra ponta. Pela quantidade que está lá, na principal lona está com quase dois metros de chorume e tem mais duas caixas cheias. Pelo cálculo que a gente fez deve estar em torno de quase quinhentos caminhões de chorume. Parece que faz muito tempo que não retira esse material para tratar. Hoje a Sabesp não tem condições de tratar tudo de uma vez. Pelos cálculos poderá receber no máximo 3 caminhão com 17.000 litros cada caminhão, ou seja, o que está lá hoje faz 6 meses para ser tratado sem contar o que vai juntar, as próximas chuvas. As máquinas não estavam trabalhando ainda no momento que nós estivemos lá. Então a gente quer saber a partir de quando que retorna os trabalhos, as condições que está o local. Quais as providências que vão ser tomadas. A gente sabe que uma quantidade desta de resíduos sem cobertura ela perde todo o efeito do Aterro. Isso aí tem que ser todo o resíduo que chega ele tem que ser coberto e compactado diariamente. Então isso sem contar ao entorno, tudo que está acontecendo lá. Então nós queremos saber quais serão os próximos passos. Fiquei sabendo agora também esses dias que trocou até o diretor. Quais os procedimentos, o que vai ser feito para recuperar um aterro que era referência na região. A gente sabe que passou por alguns problemas algumas vezes, mas nunca num estado deste que está hoje, com essa quantidade de

chorume, com esta quantidade de aterro, de lixo aí sem cobrir e teve alguns dias que recebeu inclusive lixo de outra cidade, os próprios funcionários lá comentaram com a gente. E a gente sabe que isso aí não é um consórcio, como que recebe lixo de outra cidade sem uma autorização. Agente questionou, falou que não. Então a gente quer saber tudo isso daí, porque a gente já não tem uma coleta seletiva a gente já não tem uma reciclagem na cidade adequada, tudo que produzem cerca de 60 toneladas/dia é levado para lá, ainda chega lá e não ter os devidos cuidados? Então deu nisso. Se alguém chamar isto de aterro sanitário eu desconheço, isto aí é um lixão. Ele apenas está ligando uma vala para diferenciar dos outros, mas nos deixa a desejar e demonstra que é um lixão. É muito triste para a nossa cidade. A gente sabe as preocupações e esse material, 80% poderia estar sendo reutilizado com a economia de água, de energia e recursos naturais às futuras gerações. Uma série de coisas, e estão aí contaminando a nossa saúde, contaminando o nosso lençol freático, comprometendo a qualidade da saúde das futuras gerações. Eu acho que nós temos que ter muita responsabilidade, não só nós vereadores como a população temos o comprometimento com o resíduo que a gente produz e saber qual é o destino correto dele. A gente paga nossos impostos para que ele seja tratado bem da forma correta. Acho que se cada um puder ir “in loco” para observar...é triste. **Em discussão o Vereador Luiz Braz Mariano** diz: Senhora presidente, se o Plenário aprovar, o rapaz responsável pelo setor está aqui na Câmara hoje em uma reunião. Inclusive eu conversei com ele, e ele está à disposição. Não seria bom então que a Câmara abrisse um espaço para ele vir explicar o que está acontecendo lá? **A Presidente** diz: Sim, seria interessante que nós marcássemos com ele. Mas o senhor sugere que ele fale agora? **Em discussão o Vereador Luiz Braz Mariano** diz: Sim, agora. O plenário pode votar e ele pode falar. Este é um assunto relevante, e tendo um profissional competente e responsável, e ele está disponível na Casa, eu acho que o Plenário não teria problema nenhum de lhe conceder a palavra por dez ou quinze minutos para ele explicar o que está acontecendo. Nada melhor que ele para explicar. **A Presidente** diz: Na verdade a gente tinha feito uma convocação para o Guilherme Gomes, mas como ele saiu do cargo, agora tem outro responsável, a gente vai ter que fazer uma nova convocação. Eu acredito que não é possível no meio da sessão a gente paralisar a sessão para ter uma discussão deste nível. **Em discussão o Vereador Luiz Braz Mariano** diz: Senhora presidente, desculpe, mas nós estamos sendo julgados aqui de votar contra um projeto, ou de alterar um pouco o projeto, de um pedido para usar o Plenário em seis horas antes. Agora estamos aqui com um profissional competente, ele é da área do meio ambiente, é do conhecimento de todos, ele está na Casa. **A Presidente** diz: Então nós vamos fazer o seguinte, com a autonomia do Plenário, vamos sugerir então que ele faça uso da Tribuna Popular no final da sessão, onde os vereadores poderão se colocar também. **Em discussão o Vereador Luiz Braz Mariano** diz: Não sei se no final da sessão ele teria esta oportunidade. Sei que ele está aqui agora numa reunião, no final não sei. Mas posso conversar com ele e ver esta possibilidade. **A Presidente** diz: Eu acho que se ele está se disponibilizando conversar com todos os vereadores, o que eu acho importante, acho que tem que ser também dentro do horário que o Regimento permite. **Em discussão o Vereador Luiz Braz Mariano** diz: Neste caso nem o Regimento permite, porque ele teria que se inscrever. **A Presidente** diz: Nem o Regimento permite, mas tem o tempo da Tribuna Popular, e a gente estaria apenas modificando apenas a ordem. **Em discussão o Vereador Luiz Braz Mariano** diz: Tudo bem, senhora presidente. Se ele puder, tudo bem, mas se ele não puder, ele vem na semana que vem. Eu converso com ele sobre esta possibilidade. **A Presidente** diz: Até já foi feita outra convocação, com outro diretor, que a gente também gostaria que ele estivesse aqui presente. Foi cancelada na primeira vez, estamos marcando novamente. A Câmara tem que seguir também o Regimento. **Em discussão o Vereador Luiz Braz Mariano** diz: Sem problema, senhora presidente. Estou apenas dando opinião. **Em discussão o Vereador Eduardo Ribeiro Barison** diz: Eu quero dizer, senhora presidente, que já que o nobre colega disse, espero que ele retire a emenda que ele colocou porque já deu a prova cabal da necessidade que nós temos de usar a Tribuna Popular com mais agilidade e com mais facilidade. Nós não estamos aqui para fugir. Acho que é muito interessante trazer o senhor para conversar sim para esclarecer. Mas as fotos falam por si só. Mococa hoje não tem um aterro sanitário, Mococa tem um lixão. O Bob foi muito feliz. Parabenizo o trabalho dos vereadores que lá foram “in loco” fazer essa visita, mas as fotos mostram por si. Eu entendo que uma cidade que pensa em ser administrada, que pensa em ter uma condição administrativa salutar, a primeira coisa que ela tem que pensar é na forma da operacionalidade dos seus resíduos com relação aos seus lixos. A foto está aí. Mais uma vez parabenizo meus colegas pela visita. Eu acho que isso demonstra que realmente esta questão da coleta do resíduo no município é uma tragédia e também o seu direcionamento. Mas há de se preocupar como o Vereador Bob falou.

Se Mococa tiver recebendo resíduo de outras cidades, nós não estamos dando conta nem do nosso, e vai receber de outra cidade? **Em discussão o Vereador Luiz Braz Mariano** diz: Concordo totalmente com o requerimento no sentido de fiscalizar, no sentido de ver o que está acontecendo, de fato é a função de cada Vereador desta Casa que trouxeram as fotos aí para serem apreciadas. Mas gostaria de dizer também que quando esta administração assumiu no dia 15 de maio dois dias depois o aterro sanitário ia ser interditado, isso é palavra do chefe do departamento hoje, falou para mim aqui na porta hoje, dois dias depois que essa administração “pegou” a Prefeitura Municipal o aterro sanitário ia ser interditado, dois dias. Pegou no dia 15, dia 16 recebeu a visita da CETESB e no dia 17 ia ser interditado, porque segundo ele esta situação aí era duas, três vezes pior, porque ali você ainda está vendo pelo que parece uma manta onde que as coisas estão em cima da manta. Na época foi preciso fazer uma compra de manta rapidamente porque nem manta o aterro sanitário tinha. Isto é palavra do Chefe do departamento hoje. Acredito que é a pessoa mais conhecida dentro da Prefeitura de Meio Ambiente hoje. Então eu concordo, está certo o requerimento, tem que fiscalizar, tem que ver o que está acontecendo, mas é preciso quando coloca responsabilidade de um governo que se veja também o que os outros fizeram. Dois dias depois, assumiu a administração do município dia 15, no dia 17 ia ser interditado. Só não foi interditado por que o chefe do departamento hoje e ele é do meio ambiente, sabe trabalhar e soube como explicar a situação para os fiscais e ele conseguiu superar a situação naquele momento. Então o que estou dizendo aqui não são palavras minhas, são palavras de quem entende, de quem sabe. Dois dias depois ia ser interditado. Era uma situação muito mais delicada do que agora segundo o que ele colocou. Não estou dizendo que concordo, não estou dizendo que está certo, de forma alguma, é o trabalho de quem fez, foi lá visitar, está cumprindo o seu papel, mas é preciso que a gente lembre-se disso também, que lá no começo quando a coisa estava de fato preta, quando a situação estava a ponto de fechar o Aterro conquistou para que não se fechasse. Então acho que isso é uma coisa importante, mas claro estão de parabéns pelo trabalho de fiscalizar, mas isso aconteceu. **Assume a presidência o vice-presidente**, vereador Carlos Henrique Lopes Faustino. **Em discussão a Vereadora Elisângela Maziero** diz: Eu acredito que o senhor esteja falando realmente pela boca dos outros e não pelo conhecimento que o senhor tem, ou deve ter acompanhado. Existia sim no período de interinidade uma necessidade de uma compra. Volta aquela imagem para mim, Murilo, aérea. Havia necessidade da compra de uma manta mais ou menos um quarto do Aterro Sanitário. Nunca na história do Aterro, o Aterro esteve desse jeito. O que o senhor está falando não é verdade. Nunca esteve três vezes pior. Não sei onde o senhor viu. Faltava um pedaço de manta que teria que comprar, tanto foi possível comprar a manta dois dias depois porque estava todo o processo feito. Estava tudo pronto para comprar a manta porque sabia da necessidade e precisaria fazer essa compra. Depois que foi colocada a manta, foi terminado de colocar a manta, que é exigência sim, estava realmente faltando um pedaço da vala. Mas é que o aterro como ele não é utilizado de forma inteiro de uma vez, ele é usado por partes a vala. Então se colocou a manta numa parte da vala e aí conforme foi enchendo vai-se colocado a manta novamente e existia a necessidade de terminar, de fazer a compra da manta para terminar a vala porque realmente já estava chegando. Mas nunca o Aterro virou um lixão. Está uma vergonha. Está lastimável a situação do aterro sanitário. É um lixão a céu aberto. Eu ia com os meus alunos no aterro sanitário para mostrar todo processo que era feito lá. Já levei alunos lá, crianças para conhecer todo processo do aterro sanitário. Já tive lá várias vezes. Estive como prefeita interina também na época. Conheci a necessidade da compra da manta. Não houve nem tempo na verdade. A gente fez todo o processo e não tinha realmente efetivada a compra. Estava tudo pronto para comprar, tanto que eles assumiram e tiveram que comprar porque teria que comprar mesmo. Agora o município não tem sequer pontuado no “Município Verde/Azul”. Vocês falararam aí que foi comprado caminhão de lixo há mais de 10 anos. Não é verdade, o último caminhão de lixo foi comprado na gestão da Maria Edna com recurso do “Município Verde/Azul” porque Mococa pontuava e sempre teve boas notas pela CETESB, sempre foi adequada em nota acima da média pela CETESB. Então não procede a informação que vocês estão falando que o Aterro já esteve três vezes pior. Se fosse assim nem assim, ou melhor, nem assim justificaria essa situação, porque com um ano de governo eu acredito que já tenha dado para começar a colocar a casa em ordem. Não está pior do que estava. Hoje está muito pior do que estava anteriormente porque o aterro sanitário quando é depositado o lixo ele tem que ser compactado e coberto diariamente, e recolhido o chorume diariamente, tanto que agora vai 6 meses para recolher a quantidade que já que já está lá sem contar o que vai acumular ainda daqui para frente. Então são centenas de caminhões de chorume que estão acumulados lá. Agora falar, justificar que está uma vergonha porque já esteve pior, para mim isso não é justificativa, e nem

esteve, o que é mais grave. Não é verdade. Eu digo, não tenho fotos antes, mas nunca esteve assim. Assim nunca esteve. Um lixão, um verdadeiro descaso. A CESTEB só não vai interditar, eu acredito, porque está com manta realmente, porque está com manta, porque não sei a avaliação que eles fazem lá. Se houver outras avaliações teria que interditar agora imediatamente. Do jeito que está não é um aterro sanitário. **Reassume a presidência a Vereadora Elisângela Maziero.** **Em discussão o Vereador José Roberto Pereira** diz: Eu só quero complementar e dizer o seguinte, como se diz, as vezes anteriores que a gente questionou também, acho que foi diretamente com você no gabinete na época foi a parte da lona, concordo, agora um lixão deste aberto não justifica um gasto em torno de R\$ 200.000/mês. Independente de qual governo que seja. Poderia ser da interina, poderia ser da anterior ou do atual. Então antes ficava ali perto da EXPOAM, o caminhão chegava, despejava e ficava ao “Deus dará”. Tem um grupo lá em torno de dez funcionários, tem que manter caminhão para retirar o chorume, tem que manter máquinas para fazer e a terra para fazer cobertura e os procedimentos diários. Como eu disse para vocês, se os procedimentos estivessem certos não tinha o tanto de aves lá, os urubus. Só de passar em qualquer aterro sanitário, a partir do momento que não tem urubus, que não tem os animais lá, vocês podem ter certeza que o aterro está bem cuidado. É este o questionamento que a gente está falando. Eu acho que um local da quantidade de materiais desses sem tratamento adequado de coberturas, sem retirada de chorumes, quantidade de urubus. Inclusive tinha cachorro nadando dentro da caixa lá. Não sei se as fotos que eu tirei mostram. Eu tirei fotos, tive que tirar os cachorros de dentro com uma enxada. Os cachorros vão para comer o lixo lá porque eles vêm das fazendas do entorno e acabam entrando na caixa e depois não conseguem sair. Aquelas duas caixas estão a ponto de transbordar. Então para vocês verem, tanto é que eles estavam hoje, no final de semana eles terminaram isolamento de uma caixa e hoje iniciaram fazer do outro lado porque os animais das fazendas vizinhas vão lá e entram na caixa para nadar e comer as coisas que estão lá dentro. Então é complicado. A gente está falando, a gente não está criticando, a gente quer solução. A gente está mostrando isto aqui porque a gente vem falando, já tinha convidado os responsáveis, falou que não poderia vir, foi adiando, até então que a gente foi lá. Mas o que a gente pede é isso. A parte de Meio Ambiente nós temos que ser responsáveis. O meio ambiente não é só mata não, já cansei de falar isso. O meio ambiente é o lugar que a gente mora, que a gente vive, que a gente estuda, que a gente trabalha. Nós estamos aqui, a gente faz a nossa legislação na cidade, este é o meio ambiente. Tanto é que eu venho pedindo, vocês são provas disso, nós temos que inverter, nós temos que ter departamento de Meio Ambiente e Agricultura, ou um departamento exclusivo para isto, porque é muito mais complexo. Não pode ficar na mão de uma coordenadoria, um segundo escalão, devido ao tanto de problemas que temos na cidade. Tem que ter uma equipe para isto, ele tem que ser mais preparado. Ele não pode apenas, sei lá, ser mais um complemento de algum departamento. É vergonhoso. Infelizmente estamos jogando os nossos recursos fora. **Em discussão o Vereador Aloysio Taliberti Filho** diz: Na realidade, vendo estas fotos aí eu até me lembro uma vez que eu, o Elias de Sisto e o João Penuja fomos ao aterro sanitário. Há muito tempo atrás e tinha vários problemas. É lógico que não era igual o momento, mas tinha problemas. Então o que a gente vê é o seguinte, eu acho que um dos grandes problemas que tem na nossa cidade é que geralmente não todos mas a maioria de um prefeito quando assume joga sempre a culpa dos problemas da nossa idade no prefeito anterior. O prefeito em exercício ele tem que esquecer um pouco dos problemas passados e ele tem que exercer a função junto com a sua Assessoria e resolver os problemas da nossa cidade. Para de falar no passado. A prova disso é que os problemas nossos são todos problemas crônicos. Quando os funcionários da Saúde recebiam via Santa Casa o que acontecia? Repasse atrasado. Hoje recebe por essa empresa que ganhou a licitação, o que acontece? Repasse atrasado. O salário, principalmente dos médicos demora 50 dias para receber um salário, 50 dias. Os problemas das nossas ruas esburacadas são crônicos. Os problemas da eliminação da nossa cidade que é uma tragédia são crônicos. Eu duvido que esse problema aí da taxa vai resolver o problema da iluminação de Mococa. Os problemas do Pôr do Sol são crônicos. Então o que o prefeito tem que fazer? O prefeito tem que ter responsabilidade com as finanças da nossa prefeitura e administrar direito a nossa cidade. Ver o que é prioridade ou não e administrar direito a nossa cidade. Parar de falar que o problema é do cara que passou, do prefeito que passou. Passou, passou, gente, é daqui para frente. Está aí, foi eleito pelo povo, exerce sua função de Prefeito. Põe os assessores para trabalhar, isto que tem que fazer. Não adianta ficar crucificando quem passou. Quem passou se fez alguma coisa errada vai ser punido, porque hoje todo mundo é punido. Então precisa parar com esse negócio: a culpada é a Elisângela, o culpado é o Cido Espanha, o culpado é o Dr. Artur. A gente sabe que teve gente que ganhou a nossa prefeitura e detonou a

nossa cidade. Então vamos tocar daqui para frente. Eu acho assim, tem uma coisa boa, vamos fazer agora. Isto aí é uma vergonha tem que ser resolvido. Como tem que ser resolvido o problema do Pôr do Sol, como tem que ser resolvido o problema da falta de remédios, como tem que ser resolvido o problema da falta de exames, porque você não pode ficar esperando filas, anos para fazer um exame ou então você tem que internar na santa casa para resolver de um dia para o outro, para estourar tudo na santa casa. Não pode. A verba para a Saúde passava um milhão e 400, hoje passa um milhão e 800 continua atrasando do mesmo jeito. Então qual é a solução? O que eu penso é isso. Vamos parar de jogar a culpa no passado, para de jogar a culpa no passado. Acho que todos os vereadores tem o direito e a obrigação de fazer requerimentos. Agora, se deu problema ali, não adianta falar quem é o culpado, tem que resolver. É isto que tem que fazer, porque uma prefeitura quebrada sem condições financeiras ela reflete no andamento da nossa cidade totalmente. E a gente sabe que a nossa cidade não está indo para frente justamente porque a prefeitura tem uma bruta de uma dívida e não tem como tocar não. Não adianta, é o cobertor curto, cobre aqui e descobre lá. Então não vai resolver muita coisa mesmo não. Todos nós aqui vereadores, os 15 vereadores, todo mundo sabe os problemas da cidade. Tanto que as vezes o tanto de requerimentos que são repetitivos e nada resolve. Pode ver os requerimentos de vocês, ninguém tem solução. Ninguém resolve nada. Os requerimentos da gente aqui, nada fazem. O problema do lixo. Eu fiz uma emenda no Plano Diretor há mais de dez anos para coleta seletiva e até hoje não teve. Nada vira na nossa cidade. Mas as outras cidades estão indo para frente. Mococa, Tuca, é um absurdo este negócio de salário. Em Arceburgo, com todo respeito a Arceburgo, eu admiro muito aquela cidade, terminou dia 30, o salário do funcionário está na conta. Não espera passar o outro dia não. Monte Santo, tudo igual. Agora aqui são 60 dias, 50 dias para receber o pagamento. É uma tragédia, pelo amor de Deus. Você é da Saúde e você sabe, Edimilson, que isto ocorre. **Em discussão o Vereador Agimar Alves** diz: Voltando ao assunto a respeito do aterro sanitário, a gente tem visto sempre este comentário do lixo, sobre a situação que se encontra. Não quero responder ao requerimento, vamos deixar que o responsável o responda. Eu perguntei ao responsável pelo setor sobre o que estava acontecendo, e segundo o que ele me disse, é que realmente é isto o que vocês falaram. Já tem a manta certa para receber esse lixo, só que segundo ele, todo tempo de chuva vai ser este problema, que vai ter este depósito. Quanto ao aterro, quando põe a terra não consegue se estiver muito molhada não consegue esparramar a terra para cobrir. Assim que der uma enxugada e ver que a máquina roda bem na terra, porque aquilo vai misturando tudo e ele disse que não consegue fazer o serviço de aterragem. Então ele disse que já está na programação e assim que o tempo estiver bom, que enxugar, que a máquina tiver condições de esparramar a terra, ele vai cobrir. Não estou respondendo ao requerimento. Espero que isto seja verdade para que isto seja solucionado. Com relação ao lixão, para não falar que é mentira, sempre que vou a Guaxupé a gente mostra para qualquer um. A treze quilômetros de Igaraí fica o lixão de Guaxupé. Aquilo que é um verdadeiro lixão. Vai lá ver a diferença e sempre que eu passo por lá eu critico. Então isto que é triste. Também o lixo de Casa Branca que estava vindo para Mococa, ele falou que tem uma resposta, vamos deixar que na hora que ele for falar na Tribuna para esclarecer o assunto que ele está ciente. Como estavam falando do lixo, eu procurei saber e é isto o que eu tenho para dizer até o presente momento. **Em discussão o Vereador José Roberto Pereira** diz: Eu só queria complementar, Agimar, que o problema do aterro existe. Nós temos que fazer a cobertura. Agora que é só com a terra seca eu acho que você não foi muito feliz, porque na terra tem que ser jogada água para fazer a compactação. Como não tem um caminhão, muitas vezes eles pegam uma bomba e liga com o próprio chorume, senão não faz a compactação. Então se joga com a terra seca, pode até ser, mas depois ela é compactada, é jogada água para fazer a compactação. **Em discussão o Vereador Agimar Alves** diz: Desculpa, mas foi isto que ele me disse, que tem este tipo de problema. **Em discussão o Vereador José Roberto Pereira** diz: Eu sou gestor ambiental, eu trabalho com esta parte, temos a ONG, a gente acompanha todos os procedimentos. Só isto que estou justificando. Eu acho assim, a gente tem que fazer da forma correta. A gente tem que demonstrar que tal cidade está excelente, vamos lá ver e trazer para cá. Não ver uma situação desta e falar que ainda está melhor que em outras cidades. Isto aí eu nem cito. **Em discussão o Vereador Luiz Braz Mariano** diz: Primeiro, senhora presidente, eu gostaria de dizer que eu não justifiquei como foi colocado por vossa excelência que eu estava justificando a situação atual com o do passado. Eu não justifiquei. Eu apenas disse que me foi colocado a situação que estava e parabenizei todos que fizeram o requerimento, que fizeram o seu trabalho. Então eu não justifiquei. O que eu disse aqui é que qualquer vereador, qualquer cidadão que está aqui depois pode procurar o senhor Jábar, que é o chefe do departamento hoje, chefe do Aterro hoje, que está aqui também na Casa, não

sei se ele vai conseguir esperar até o final, porque como ele me colocou ele está vindo do departamento, veio para a reunião, então não foi em casa ainda. Caso ele não fique, a gente faz um requerimento pedindo para ele explicar aos vereadores sobre a situação. Mas se há alguma dúvida daquilo que eu falei, então hoje o encarregado do Aterro Sanitário é o senhor Jábar, que está aqui, se alguém quiser conhecer, procura-lo pessoalmente, porque a dúvida de qualquer um de nós aqui é melhor ser explicada com certeza por quem entende, por uma pessoa técnica, capaz e que hoje é responsável por isto. Então novamente eu digo, não justifiquei, apenas relembrei porque é importante sim. As vezes dizem: não vamos olhar para o passado, mas o passado diz muito que nós somos hoje. Então é preciso olhar sim, olhar para poder ter misericórdia muitas vezes e não tomar uma decisão, e não fazer um julgamento, e logo em seguida dar uma condenação de coisas que muitas vezes a gente sabe da dificuldade, da burocracia, dos empecilhos das coisas que acontecem para que tudo seja conforme a gente quer, que a gente deseja. Nem sempre a gente tem o que quer e o que deseja na hora certa. Muitas vezes nós penamos muito para alcançar os nossos objetivos, tanto particulares como públicos. Então é conversando com estas pessoas que a gente vai de fato saber o que está acontecendo. Mas repito, não justifiquei porque também não acho certo qualquer irregularidade que exista. Estão aqui todos os vereadores de todas as bancadas e está aqui também o responsável. Então quem tiver dúvida e achar que o que eu falei não condiz com a verdade, depois pode procura-lo para conversar. **Assume a presidência o vice-presidente**, vereador Carlos Henrique Lopes Faustino, **tendo na sequencia a presidente Elisângela Maziero** reassumido. **Requerimento nº 168/2018**, firmado por cinco vereadores: Daniel Giroto, Eduardo Ribeiro Barison, Elisângela Mazini Maziero Breganoli, José Roberto Pereira e Valdirene Donizeti da Silva Miranda, solicitando informações ao senhor prefeito municipal, acerca do processo licitatório para aquisição de merenda. **O Vereador Eduardo Ribeiro Barison** diz que estão questionando porque o Tribunal de Contas suspendeu uma licitação com indícios de direcionamento de licitação. Analisando o Portão Transparência o Executivo comprou R\$ 80.000,00 sem licitação desta "Mult Beef", que está sendo investigada pela Polícia Federal. **Requerimento nº 169/2018**, de autoria da vereadora Valdirene Donizeti da Silva Miranda, solicitando informações ao senhor prefeito municipal, sobre o não pagamento de diárias aos motoristas que realizam viagens para transporte de pacientes. **A autora** discutiu o requerimento, dizendo que há mais de dois meses os motoristas que transportam pacientes para outras cidades não estão recebendo a diária. Diz que os funcionários da Casa Abrigo estão há três meses sem receber seus salários. **Também discutiu o requerimento o vereador Edimilson Manoel**, que disse que a reclamação chegou a ele, e que já solicitou providências do Poder Executivo. Diz ainda que os funcionários da Casa Abrigo realmente estão sem receber seus salários e têm o direito de receber, por isto agendou às 10h amanhã para saber sobre estas questões da Saúde tanto dos motoristas, como dos funcionários da Casa Abrigo e do atraso do repasse da verba da UPA. **Em aparte o vereador Aloysio Taliberti Filho** questiona o vereador Edimilson como um motorista pode viajar sem receber diária, porque ele sai de madrugada de Mococa e chega tarde da noite. Pergunta se o mesmo tem conhecimento se os funcionários da UPA já receberam seus salários. **Respondendo, o vereador Edimilson Manoel** diz que amanhã às 10h irá saber todas estas informações sobre a Saúde. **O Vereador Aloysio Taliberti Filho** diz que hoje é dia 16 de abril e o pessoal ainda não recebeu o salário do mês de fevereiro, como os motoristas que transportam pacientes fora do município não estão recebendo diárias. Diz que quando discutem a questão do Aterro se chega à conclusão que a Prefeitura não tem dinheiro para nada, porque se não tem dinheiro para dar diária ao motorista que sai daqui de Mococa para ir a São Paulo, não tem sentido. **O vereador Brasilino Antonio de Moraes** diz que também acha um absurdo o motorista sair sem diária. Sobre os funcionários da UPA diz que está com a resposta, que a entregou ao vereador Edimilson, porque também fora procurado por funcionários dizendo que ainda não tinham recebido o salário. Comenta que falou com o responsável Márcio da UPA, que lhe disse que a conta foi aberta na Caixa Econômica Federal, que ele deposita até o quinto dia útil o salário de todo mundo, mas que estava sim atrasado alguns pagamentos porque os funcionários tinham conta em diferentes Bancos, dizendo ainda que está muito difícil trabalhar com a Caixa, que tem um trâmite desde o repasse da verba ao pagamento, que está atrasando, que chegou a digitar número errado, o que resultou no atraso, mas que no próximo mês vai ser depositado no dia correto. Diz que já pegou toda documentação e todos os funcionários abriram conta na Caixa, e que a partir do próximo mês ninguém vai ficar sem receber até o quinto dia útil. **O Vereador Aloysio Taliberti Filho** diz: "Determinadas coisas, Brasilino, estão chegando numa situação que está ficando insustentável. Eu ouvi um comentário hoje, e até gostaria, eu não tenho certeza absoluta, mas parece

que é uma notícia muito quente. Que quando a gente fez aquela audiência pública, que veio aquela pessoa de fora para falar sobre essa empresa que ganhou a licitação, aquela pessoa que sentou aqui com a gente, que explanou, que falou que a coisa ia ser uma maravilha, ouvi dizer que esse cara está preso. Então eu acho, presidente, que devia fazer um requerimento para saber realmente esta situação, se isto é verdade ou não. Porque se isto for verdade é uma coisa muito grave o que está acontecendo, porque ele veio aqui e participou de uma audiência pública com a gente. Falou bem e tudo e agora a gente ouve que essa pessoa está presa. Então eu acho que isto precisa solicitar informações sobre isto porque é uma coisa muito grave que está acontecendo no nosso Município se isto realmente for verdade. Então a gente precisa ver realmente o que está acontecendo". **O Vereador José Roberto Pereira** diz que já havia comentado em sessões passadas o problema que estava tendo com as diárias dos motoristas, e que a justificativa que os responsáveis lhe deram foi que teve alterações, onde algumas pessoas que prestavam conta a prestação de conta não está "batendo". Diz que por conta disto o departamento financeiro não quer liberar enquanto não prestarem conta das verbas anteriores. Diz que algumas viagens foram terceirizadas e que os motoristas vêm de outras cidades, e quando chegam aqui, como não conhecem os pacientes estão perdendo tempo, procura um para que o primeiro comece a indicar quem são os outros que fazem o tratamento, quais são os bairros, e que isto está atrasando e está sendo difícil aos pacientes. Diz que parece que a empresa que ganhou o serviço é da cidade de Lindóia. Diz ainda que nem todos receberam seus salários, porque uma funcionária que ele vereador conhece mandou mensagem que no sábado caiu o pagamento de um mês da entidade Casa Betânia, que estavam com as contas de água e energia cortada, já tinham pedido dinheiro às famílias. **A Presidente responde** ao Vereador Aloysio Taliberti Filho que estará preparando o requerimento sobre o assunto que o mesmo pediu para a próxima sessão. **O Vereador Eduardo Ribeiro Barison** diz: "Segunda-feira eu saí daqui daquela magnífica sessão, fui ao velório, e realmente Val, não estão pagando alimentação aos motoristas que transportam pacientes para outras cidades. Mas eu também levanto aqui para falar que, não sei se vocês se lembram quando eu questionei a licitação da "INSAÚDE" e não são indícios não, vereador Aloysio, é verdade, Ronaldo Pasquarelli está preso, ele que sentou aqui, naquela questão daquele hospital Ouro Verde de Campinas, e que se for parar para pensar, é tudo a mesma empresa. Ele está preso realmente. Então existem várias dúvidas sim, senhora presidente, precisamos questionar isto, levantar isto com responsabilidade para que a verdade venha aparecer. É muito estranho fazer uma licitação que custava um milhão e duzentos e pagar um milhão e oitocentos pelo mesmo serviço. Lamentavelmente. Então isto se questiona". **Todos os Requerimentos foram aprovados** pelos senhores vereadores. **INDICAÇÕES:** **Indicação nº 79/2018**, de autoria do vereador Agimar Alves, indicando à CPFL/Mococa ações necessárias objetivando a poda de galhos próximo a fiação elétrica da Rua Santa Catarina, altura do nº. 620 - Vila Santa Rosa. **Indicação nº 80/2018**, de autoria do vereador Aparecido Donizeti Teixeira, indicando ao senhor prefeito municipal, através do departamento competente, estudos visando sentido de mão dupla na Rua Domingos Antônio Pagotti, no Conjunto Habitacional Gilberto Rossetti. **Indicação nº 81/2018**, de autoria do vereador Brasilino Antonio de Moraes, indicando ao senhor prefeito municipal a necessidade de realce da sinalização horizontal na vicinal de acesso ao distrito de São Benedito das Areias. **Indicação nº 82/2018**, de autoria do vereador Eduardo Ribeiro Barison, indicando ao senhor prefeito municipal a possibilidade de encaminhar a esta Casa Projeto de Lei que dispõe sobre o uso do asfalto ecológico no município, conforme o anteprojeto anexo a esta proposta. **Indicação nº 83/2018**, de autoria do vereador Elias de Sisto, indicando ao senhor prefeito municipal a possibilidade de acatar o anteprojeto que institui o programa "IPTU Verde" e elaborar Projeto de Lei similar para a cidade de Mococa, conforme cópia anexa. **Indicação nº 84/2018**, de autoria do vereador Luiz Braz Mariano, indicando ao senhor prefeito municipal, serviços de manutenção asfáltica nos arredores da Paróquia Santa Teresinha, na Rua Oscar Souza Dias, nº. 125 e suas adjacências. **Indicação nº 85/2018**, de autoria da vereadora Valdirene Donizeti da Silva Miranda, indicando ao senhor prefeito municipal, por meio do departamento competente, serviços de limpeza em Praça localizada na Rua Antônio Marchesini, no Conjunto Habitacional Gilberto Rossetti, com fotos anexas. **Despachos:** Encaminhe-se a quem de direito. **MOÇÕES:** **Moção nº 52/2018**, de autoria do vereador Aparecido Donizeti Teixeira, de aplausos e agradecimentos aos senhores Renato Gonçalves e Eduardo Baisi, através do departamento de Serviços Públicos, pelos relevantes serviços prestados. **Moção nº 53/2018**, de autoria do vereador Brasilino Antonio de Moraes, de aplausos ao Conselho Escolar da EMEB José Manuel Lucchesi, localizada no distrito de São Benedito das Areias, pela reunião que visou organizar suas atividades.

**A Moção foi lida na íntegra**, conforme solicitado pelo autor. **O autor discutiu** a Moção. Disse que a reunião ocorreu na última terça-feira, dia em que aconteceu audiência pública na Câmara, onde várias pessoas questionaram a falta de vereadores na audiência, criticando que não trabalham. **A Vereadora Valdirene Donizeti da Silva Miranda** diz que a reunião que o vereador mencionou foi na terça-feira e a audiência pública foi na quarta-feira. **Moção nº 54/2018**, de autoria do vereador Eduardo Ribeiro Barison, de aplausos a Mesa Diretora desta Egrégia Casa de Leis, pela realização da sessão solene em comemoração aos 162º aniversário de fundação do município de Mococa. **Moção nº 55/2018**, de autoria do vereador Josimar Alves Vieira, de aplausos e reconhecimento ao departamento de Educação, pela excelência dos serviços prestados ao município. **O autor discutiu** a Moção. **Moção nº 56/2018**, de autoria do vereador Luiz Braz Mariano, de aplausos à equipe de Policiais Civis de Mococa pelo sucesso na “Operação Entressafra”. **O autor discutiu** a Moção. **Moção nº 57/2018**, de autoria da vereadora Valdirene Donizeti da Silva Miranda, de aplausos e agradecimentos ao Instituto Educacional Profissionalizante de Mococa - ARTESANATO, através dos monitores e integrantes do Projeto “Primeiras Notas”, pela apresentação na sessão solene em comemoração ao 162º aniversário de fundação do município de Mococa. **Moção nº 58/2018**, firmada por oito Vereadores: Agimar Alves, Aparecido Donizeti Teixeira, Brasilino Antonio de Moraes, Carlos Henrique Lopes Faustino, Edimilson Manoel, Francisco Carlos Cândido, Josimar Alves Vieira e Elias de Sisto, de aplausos e congratulações ao Vereador Luiz Braz Mariano, pelo discurso em defesa dos vereadores em audiência pública. **O vereador Luiz Braz Mariano discutiu** e agradeceu a Moção. **Os vereadores Agimar Alves, José Roberto Ribeiro, Carlos Henrique Lopes Faustino e Elias de Sisto também discutiram** a Moção. Assume a presidência o vice-presidente, vereador Carlos Henrique Lopes Faustino. **Moção nº 59/2018**, firmada por nove Vereadores: Agimar Alves, Aparecido Donizeti Teixeira, Brasilino Antonio de Moraes, Carlos Henrique Lopes Faustino, Edimilson Manoel, Francisco Carlos Cândido, Josimar Alves Vieira, Luiz Braz Mariano e Elias de Sisto, de aplausos e congratulações ao Poder Executivo, e demais envolvidos na realização da EXPOAM 2018. **Reassume a presidência a vereadora Elisângela Maziero. Discutiram a Moção os Vereadores** Francisco Carlos Cândido, Luiz Braz Mariano e Agimar Alves. **Moção nº 60/2018**, de autoria do vereador José Roberto Pereira, de profundo pesar pelo falecimento do senhor Sílvio Luis Campoe. **Moção nº 61/2018**, de autoria do Vereador Josimar Alves Vieira, de reconhecimento ao Conselho de Alimentação Escolar - CAE, pelos relevantes trabalhos prestados ao município. **Em discussão o Vereador Josimar Alves** diz: Eu fiz esta Moção ao Conselho. Eu participei de algumas reuniões, na última não pude estar presente, mas ele tem realizado um belo trabalho nas escolas. Graças a esta administração e ao departamento de Educação agora, tem abrido as portas e deixado com que eles realmente trabalhem e levantem os problemas que realmente tem nas escolas, não só na merenda, mas também em todo o seu espaço físico. Por exemplo, exame periódico, uso do IPI, cumprimento do cardápio, entrada e saída de funcionários no refeitório, capacitação e reunião das cozinheiras, com os diretores já teve reunião, alimentação de funcionários que é proibido hoje isso é lei não é coisa nem do Conselho, do departamento, é lei, visita do Conselho nas escolas que antigamente também não tinha assim com certa frequência, sobra de refeição sem ser fiscalizado se está sobrando a refeição, se está tendo desperdício ou não, produtos vencidos, se tem produto vencido, se não tem porque já houve muito desperdício de farinha, ...me falaram, e acredito, que 30 caixas de morangos que não estavam em condições de uso, que deveria ter sido devolvida ao fornecedor, foi autorizado jogar fora. Eu acho que se você comprou a pessoa tem que repor essa mercadoria. **Em aparte a vereadora Valdirene Donizete da Silva Miranda** diz: Nunca foi morango para a escola. **Retomando a palavra o vereador Josimar Alves Vieira** diz: Esta é a verdade. Trinta caixas de morango que não estavam em condições de uso foram descartadas. Isto lá no passado. Então estou fazendo esta Moção para o conselho porque você falou muito da merenda escolar aqui, então a gente precisa saber se é de fato, se tudo tem verdade, se tudo está correto, se realmente tudo procede, se não procede. Por exemplo, foi feita uma pesquisa em 22 escolas, 16 disseram que a merenda é ótima, 4 bom, 1 irregular e 1 ruim. Então não sei por que tanto foi falado da merenda aqui. Então estou fazendo essa Moção em reconhecimento ao belíssimo trabalho que o Conselho tem feito e tem ajudado ao departamento também porque as irregularidades que tem na escola como a proteção da cozinha, uso de equipamento de proteção individual, eles têm exigido e cobrado que os funcionários usem, porque se trabalhar de chinelo de dedo numa cozinha cair uma faca, água quente como é que faz? **Em aparte a vereadora Valdirene Donizete da Silva Miranda** diz: Como é que o funcionário vai trabalhar de uniforme se não tem uniforme? Se a Prefeitura não deu ainda? **Retomando a palavra o vereador Josimar Alves Vieira**

diz: Tem que cobrar do departamento. Isto quem tem levantado é o Conselho. **Em aparte a vereadora Valdirene Donizete da Silva Miranda** diz: Conselho. Eu falei com o Márcio na última sexta-feira sobre isto. Muito é se cobrado das merendeiras, mas pouco se é valorizada as merendeiras e eu não concordo que quando se fala assim: é regular numa escola, é boa na outra, é ótima na outra, se o cardápio é para todas iguais. Por que está sem cardápio? Porque está sem nutricionista. **Retomando a palavra o vereador Josimar Alves Vieira** diz: Mas está contratando três. É que de repente não tem cumprido os cardápios. Para você ter uma ideia teve escola que serviu pão sem manteiga, mas tinha manteiga. Pôs o pão na mesa para as crianças comerem. **Em aparte a vereadora Valdirene Donizete da Silva Miranda** diz: Isto não é verdade. Eu sei até de qual escola que o senhor está falando. É a escola que eu trabalho, e isto não é verdade. **Retomando a palavra o vereador Josimar Alves Vieira** diz: Então eu fiz esta Moção parabenizando o Conselho porque eu acho que eles estão fazendo um belo trabalho, inclusive com atas. Inclusive o Bob esteve presente na última reunião, o Barison esteve comigo numa outra. Eu acho que aquilo que é bom a gente tem que parabenizar. **Em discussão o vereador Eduardo Ribeiro Barison** diz: Quero falar desse assunto porque tenho participado das reuniões do CAE. São pessoas sem dúvida que querem o bem comum, mas também existe a questão do norteamento e a execução do projeto em si. O que não pode de forma alguma deixar de salientar a nutricionista Sandra Piegas. Sandra é uma pessoa que conheço desde a minha adolescência. É uma pessoa extremamente séria e dedicada, trabalhadora, tocou até este ano sozinha a alimentação escolar do município de Mococa, e não é de agora de 4 anos, desde lá de trás. Pessoa super-responsável pessoa séria. O CAE na sua função de Conselho ele emite seus pareceres, que são salutares, que são importantes, mas se não tiver uma ação para que possa fazer com que as recomendações do CAE sejam cumpridas não vai ser de forma nenhuma. Também lembrar que a alimentação escolar do município sempre foi muito boa, graças principalmente as funcionárias que trabalham nesse departamento, principalmente as merendeiras que trabalham ali com afinco. No meu primeiro mandato eu visitei todas as escolas para fazer uma avaliação de cada escola e visitei todas as merendeiras. Agora a questão estrutural, a questão de você cumprir as normas do CAE, que são justas é muito difícil, por quê? Porque não se compra, não se faz. E quanto a situação das nossas merendas escolares eu entendo que nós devemos sim lembrar de Sandra Piegas, porque é uma pessoa extremamente séria, responsável, ética, de todos os princípios de moralidade estabelecidos. **Em aparte o vereador Josimar Alves Vieira** diz: Em nenhum momento eu falei dela. Em nenhum momento eu citei o nome dela e nem falei que a merenda é ruim. Só falei do belíssimo trabalho do CAE que está sendo importante para a escola hoje. Eu citei também o departamento dos problemas que o senhor disse, que é “peitudo” o Oswaldo de dar liberdade para o Conselho trabalhar, porque vai “respingar” nele, vai “respingar” no departamento. O que tem que comprar. Igual ao que a vereadora falou dos equipamentos. Tem que cobrar sim. Tem que fazer valer o direito de vocês. **Em discussão o vereador José Roberto Pereira** diz: O que eu tenho a dizer da merenda vou começar pela sessão solene que tivemos aqui. A Dona Rosa Barison foi a minha primeira professora na Fazenda Contenda, primeira turma dela de 73. Ela dava aula para 4 turmas tudo na mesma sala e ainda fazia a sopa. Depois eu continuei morando em fazenda mas estudando na escola Barão de Monte Santo, onde a merenda era muito boa, sempre teve. Agora uma coisa que eu não concordo e que tinha que permanecer é merenda à vontade. Nunca se cobrou sobrar um grão de feijão, um grão de arroz. Hoje não pode sobrar nada. Muita criança quer repetir. Muita criança não tem o que comer em casa. Sai de casa de manhã e chega à noite quem mora na fazenda. Depende de ônibus para levar de volta. Eu acho que a merenda tinha que fazer a vontade e a criança que quiser repetir tem esse direito, é gratuito, é o imposto, é a alimentação. Isso tem que permanecer. Tem que valorizar a produção da horta Comunitária, e as hortas de pequenos produtores. E também produzir normal. Até eu perguntei para a Val se na escola dela acontecia isso porque teve alunos e professores que vieram falar: a gente não pode fazer a mais que não pode sobrar, tem dia que sobra tem dia que não sobra. Se sobra, a Val me justificou que no período da manhã é um pouco mais a vontade porque se sobrar usa a tarde. Agora o pessoal da tarde é contado limitado, é um pouquinho para cada um. Eu acho que isso tem tanta coisa para mudar, gente, tem tantos projetos que engenheiro que estuda aí depois tem aditivo tem uma margem não sei de quantos milhões a mais, não sei para quê. Tudo tem aditivo. Na merenda escolar qual de nós na nossa casa que não sobra comida todo dia? Na panela lá qual a casa que não faz sendo que são as mesmas pessoas que comem ali todo dia. Agora uma escola com centenas de alunos querer ser rigorosa e não deixar sobrar, proibir o aluno de repetir, acho que isso é lamentável, gente, principalmente aquela família, aquelas pessoas mais carentes, o pessoal que sai de manhã e vai chegar em casa à noite.

Muitos não tem o que comer. A alimentação deles vai ser o que está servindo na escola. Eu acho que tem tanta coisa para gente cortar, para a gente limitar que é coisa errada do que tirar alimentação de uma criança que está numa escola. Se ela tivesse jogando fora, se ela não tivesse comendo, agora falar que não pode repetir a merenda, igual muitos alunos vieram falar. Isso até nós comentamos ainda lá no dia da reunião do Conselho. É uma das coisas que eu não concordo e nós como vereadores nós temos que pedir para deixar uma brecha nisso aí. Tem que se fazer um pouco a mais. Não é desperdício não. Desperdício é se jogar fora, não tiver o que fazer. Agora enquanto a criança quiser comer, é complicado. **Em aparte a vereadora Valdirene Donizete da Silva Miranda** diz: Então, Bob, o medo é de sobrar e o funcionário comer. Entendeu? Este é o medo: sobrar e o funcionário comer. O funcionário não está comendo. A gente faz para a criança comer. Hoje chegou uma criança que ele vem direto no grupo TUMM que não tinha comido nada. Chegou 20 para uma hora da tarde para almoçar sem comer nada, entendeu? É assim. **O vereador Elias de Sisto** diz: Val, mas se o aluno quiser repetir a comida, pode? **A vereadora Valdirene Donizete da Silva Miranda** diz: Sim. Para começo de conversa, é o aluno que coloca a comida no prato dele. Então ele come o tanto que ele quer. Claro que a gente cuida para que não haja desperdício, assim, de a criança colocar e jogar fora, entendeu? Sim, porque tem criança que a gente conhece, a gente sabe que ela coloca no prato e não vai comer, mas tem aquelas que comem sim. Elas comem sim à vontade. **O vereador José Roberto Pereira** diz: Val, você confirma que no período da manhã é mais a vontade e no período da tarde é restrito? **A vereadora Valdirene Donizete da Silva Miranda** diz: Sim. É como eu te falei. As crianças que a gente sabe que no período da tarde que tem esse problema aí que vem de repente do Lar, de outras escolas você sabe que é mais carente elas comem o tanto que elas quiserem. E são eles que colocam a comida no prato. **Em discussão a Moção o vereador Carlos Henrique Lopes Faustino** diz: Depois quero conversar com a Val e com o Bob que trouxe a notícia. Causa estranheza pelo fato dessa restrição na alimentação. A gente sabe que algumas crianças por necessidades financeiras não tem condição também de se alimentar adequadamente na sua casa e a merenda escolar ela tem todo um procedimento na parte de Nutrição, que auxilia. Falo isso com convicção, por minha mãe ter sido funcionária pública e merendeira e isso segue até os dias atuais de hoje. Eu só queria, ou a gente pode depois fazer um ofício perguntando se há algum documento do departamento ou do Poder Executivo se há essa restrição, se realmente acontece isso. Acredito que a gente pode repensar nesse caso, como a Val disse são eles que se servem. O trabalho aí é educacional, na verdade é fazer a criança entender que vai ter o alimento lá e que ela pode repetir algumas vezes até o momento que ele se satisfaça. Isto é importante. Eu já trabalhei na Rede e se torna preocupante realmente se este fato for concreto. Então vamos levantar essa questão se há alguma restrição realmente através de documentos. **Em aparte a vereadora Valdirene Donizete da Silva Miranda** diz: Vereador, eu até questionei com o Márcio do Conselho, o seguinte, como que a gente vai controlar como uma das conselheiras falou que as merendeiras não tem base no que faz, porque se tivesse base não tem como sobrar. Não existe isso. A gente não tem como saber o tanto que a criança vai comer. A gente tem noção mais ou menos da quantidade, mas se a gente for deixar a criança repetir do jeito que está se falando sem controle, o que vai acontecer? A gente vai ter que fazer muita comida e se fizer muita comida corre o risco de sobrar muita comida também. O Conselho não quer que haja sobras então a gente fica entre a cruz e a espada. **Retomando a palavra o vereador Carlos Henrique Lopes Faustino** diz: Na verdade a gente tem que ressaltar dentro do contexto escolar você apresentou algumas escolas que tem alguns alunos de uma classe social mais baixa, falo como professor de Educação Física e existe a questão de uma atividade física que antecede o intervalo de refeição, não precisa nem ser na aula de Educação Física. A professora da sala leva para uma atividade, isso também vai gerar um gasto maior de energia que também vai gerar um aumento na refeição. Então acredito que seja muito difícil para vocês esse controle do dia a dia, mas que tem que ter uma flexibilidade maior até porque as crianças também necessitam do alimento. Mas vamos procurar saber aí se há alguma proibição. **Em discussão a Moção o vereador José Roberto Pereira** diz: Só complementando as suas palavras, Rincon, o que eu disse foi comentado no Conselho. Então conversei com a vereadora para saber se realmente procedia, e ela falou que na escola dela era desta maneira. Mas foi confirmado dentro do Conselho, tinha alunos que estavam com os pais ali no dia e comentaram, e também teve a reclamação como vocês disseram que é a própria criança que se serve, nos “Prézinhos” é ensinado isto, só que na hora que sobe as escolas não estão respeitando. A criança aprendeu a se servir, aí chega à escola que está bloqueando que não deixa a criança se servir mais. Então precisava ter sequência. Uma das escolas principalmente reclamadas foi a “Barreto Coelho”, que lá não deixa a criança se servir, é um

pouquinho cada um e acabou. Isto foi falado no próprio Conselho. **Em aparte a vereadora Valdirene Donizete da Silva Miranda** diz: A minha filha estudou na escola “Barreto Coelho” e ela que se servia. **Moção nº 62/2018**, de autoria do vereador Eduardo Ribeiro Barison, de profundo pesar pelo falecimento da senhora Virma Righeti Rehder. **Moção nº 63/2018**, de autoria do vereador José Roberto Pereira, de profundo pesar pelo falecimento da senhora Marcela Prevital Parizotto. **Todas as Moções foram aprovadas** pelos senhores vereadores. **O vereador Brasilino Antonio de Moraes** solicita o prosseguimento da sessão sem o intervalo regimental, que colocado em votação foi aprovado pelos senhores vereadores. A **senhora Presidente** comunica aos senhores vereadores interessados em fazer uso da palavra em Explicação Pessoal que deverão se inscrever com a 2ª Secretaria, vereadora Valdirene Donizeti da Silva Miranda. **ORDEM DO DIA: DISCUSSÃO ÚNICA: PARECER da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal de Mococa pelo arquivamento** - Dispõe sobre o balancete da receita e da despesa da Câmara Municipal, referente ao mês de janeiro de 2018. **Feita a votação foi aprovado o arquivamento** por quinze votos favoráveis em discussão única. **DISCUSSÃO ÚNICA: PARECER CONTRÁRIO DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE AO PROJETO DE LEI Nº 045/2017**, de autoria do Prefeito Wanderley Fernandes Martins Júnior, que dispõe sobre a criação do Departamento de Segurança Pública Municipal – DSPM no Município e dá outras providências. A **Senhora Presidente** esclarece que está em votação o Parecer Contrário das Comissões, e se ele for acatado o projeto será arquivado, caso ele seja rejeitado o projeto retorna à pauta em 1ª discussão. **Em discussão o parecer contrário das comissões o vereador Eduardo Ribeiro Barison** fala: “Senhora presidente, nobres vereadores, público presente. Em primeiro lugar eu quero agradecer a Vereadora Val Miranda que assinou juntamente comigo a relatoria deste projeto. A Val como relatora da Comissão de Finanças e eu como relator da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Muito obrigado vereadora Val pela confiança em defender este parecer desfavorável. Por que deste parecer desfavorável? Vamos falar primeiramente da questão da constitucionalidade deste projeto. Este projeto a questão da iniciativa não tem nenhum problema. Cabe sim ao prefeito fazer um projeto desta magnitude, é de iniciativa dele a criação de cargos no Executivo. Cabe a ele. Porém, até mesmo com o parecer do IBAM, que a relatoria utilizou até mesmo o parecer do IBAM, existem temas neste projeto que não cabem ao município. Então eu vou pegar alguns tópicos deste projeto para mostrar a sua inconstitucionalidade, lembrando, como disse o atual Ministro Luis Barroso “a inconstitucionalidade material expressa uma incompatibilidade de conteúdo substantiva entre a lei, o ato normativo e a Constituição”. O projeto apresentado pelo prefeito ele tem artigos que falam o seguinte: “propor prioridades nas ações de policiamento investigativo, preventivo e ostensivo”... (imagine a Guarda fazer um policiamento ostensivo)... “realizadas pelos órgãos de segurança pública no Município de Mococa, por meio de intercâmbio permanente de informações e gerenciamento”. Ele está falando que ele vai gerenciar estas questões que não cabem a ele. A Constituição é muito clara. Da mesma forma outro artigo que ele colocou no projeto: “contribuir para a prevenção e a diminuição da violência e da criminalidade, promovendo a mediação de conflitos e o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos”. Perfeito, isto é lindo e maravilhoso, mas não cabe à Guarda Municipal. Isto aqui cabe à Polícia do Estado de São Paulo, Polícia Militar e Polícia Civil. Isto não cabe à Guarda Municipal. A função da Guarda Municipal é a questão do patrimônio público, auxiliar a manutenção do patrimônio público. Então isto aqui é muito claro, estes incisos são os principais objetivos deste projeto de torná-lo prejudicado, sem efeito. Não cabe estas obrigatoriedades à Guarda Municipal porque são funções da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado de São Paulo e também acima dela à Polícia Federal. Então no que diz esta questão é muito clara a inconstitucionalidade deste projeto porque ele fere a Constituição, passando uma obrigação que não cabe ao Município, e sim ao Governo Estadual e ao Governo Federal. Isto está resguardado na Constituição Federal de 1988. Outro fator a considerar, agora mais uma vez agradeço a Vereadora Val Miranda, que torna o projeto totalmente prejudicado, o porquê motivou um parecer desfavorável é com relação ao limite prudencial a nossa folha de pagamento. Isto mostra nos relatórios os quais pedimos as devidas justificativas ao senhor prefeito, junto ao departamento competente. No final de 2017 a nossa folha estava em 51,41%. A lei de Responsabilidade Fiscal ela diz que quando ultrapassa 51,3% ela proíbe novas contratações e novas criações de cargos públicos. Eu quero deixar bem claro que no último quadrimestre de 2017 que é o que vale para este projeto nós chegamos a 51,4%. Então o Tribunal de Contas aponta que quando chega nos 51,3% não se pode criar novos cargos e também não fazer novas contratações. Então eu quero só puxar o dado da

Receita Corrente Líquida. Vamos pegar este período do ano, outro fator a considerar. Em 2015 nesta mesma época do ano a arrecadação do Município foi de 54 milhões. Vou falar números absolutos. Então foi realizado 34,94% do orçamento. Em 2016, 52 milhões, quase 53 milhões e foi realizado 33,53%. Em 2017 foi 55 milhões e foi realizado 31,31% do orçamento. Olha 2018, puxamos hoje também, está um pouquinho a mais que isto aqui. Até hoje o Município teve de Receita Corrente Líquida 33 milhões, apenas 17,97%. Então vamos lembrar, em torno de 33% até hoje o município arrecadou só 17%. Isto é muito sério, nobres colegas. O município arrecadou muito pouco. Isto é muito preocupante. Tem que fechar o cinto. Tem que fazer medidas de economicidade. Nós fizemos os cálculos aqui quanto que dava um assessor a mais, são cinco mil reais por mês, vamos pôr sete mil vezes treze, dá cerca de noventa mil reais aproximadamente, e num mandato vai dar trezentos mil reais. Então eu entendo que vislumbrando a questão da constitucionalidade e isto demonstra..., eu estava lendo também, nobres colegas, que um dos motivos do atual prefeito dar esse aumento irrisório de 1% aos funcionários públicos é justamente essa justificativa que ele usa. Só que ele está usando dois pesos e duas medidas, nobres colegas. Para criar um cargo ele fala que tem receita, mas para dar aumento aos funcionários ele fala que não tem receita. Então que neste diagnóstico feito tanto pela Comissão de Constituição e Justiça, na qual um projeto que é inconstitucional, mais o vislumbre da questão financeira, nós não podemos aprovar um projeto para aprovação de um cargo. O mais importante, nós propusemos aqui através de um requerimento, já que o departamento de Trânsito tem apenas oito funcionários, por que não transforma o departamento de Trânsito em departamento de Segurança Pública para não precisar criar um novo cargo? Eu entendo, senhora presidente, que isto que foi proposto é de fundamental importância e de suma inteligência porque a arte de administrar quando não se tem recurso é utilizar da criatividade e de uma forma que possa contemplar a questão da necessidade. Senhora presidente, eu quero deixar bem claro que são estes os motivos que defendo juntamente com a vereadora Val e demais membros da Comissão o parecer totalmente contrário embasado na inconstitucionalidade deste projeto e da total inviabilidade financeira do Município. Isto é ter responsabilidade e é por isto que o parecer é contrário. **Em discussão o parecer contrário das comissões o vereador Elias de Sisto** fala: Senhora presidente, nobres colegas e público presente. Eu na qualidade de presidente da CCJ acompanhei a orientação do Jurídico nosso por questão de responsabilidade fiscal. O vereador Barison frisou muito bem os pontos do limite prudencial. Em se tratando de segurança pública na prática tivemos um retrocesso muito grande quando por falta da CND, que infelizmente ainda estamos sem ela, nós perdemos o convênio com a Polícia Militar e isto envolve sim a segurança pública no dia a dia das pessoas aqui em Mococa. É um retrocesso. Vale até mais que muito departamento, porque de nada a meu ver acrescenta ao departamento se o mesmo não tem recurso. Como nós todos sabemos que Mococa está sem a CND, está no CADIN, está com o dinheiro contado, a inflação que o funcionário público teria direito, que não é aumento salarial, é reposição de parte do que perdeu ao longo do tempo, para o funcionário público está sendo proposto algo em torno de 1%, o que não chega a ser no caso pelo menos a inflação do período. Então até no sentido de proteger, as vezes a gente é mal interpretado, o próprio Executivo, eu emiti parecer contrário ao projeto no sentido da não criação do cargo. E vou além, devido a escassez de recursos que Mococa enfrenta e a prefeitura não tem como ser uma empresa de tentar aumentar o faturamento, aumentar no nosso caso a arrecadação, então tem que partir para cortar na carne. Eu acho que o prefeito deveria ao invés de criar novo departamento agrupar departamentos. Dos mais de trinta assessores enxugar pela metade. Fazer um responder por dois departamentos. É mais ou menos por aí. Porque tem assessor que fala em reduzir o número de vereadores. O vereador custa três mil reais/mês e não tem mais benefícios nenhum enquanto que o assessor custa cinco, seis mil reais/mês e com os benefícios custa próximo de dez mil reais/mês. Nunca conta rápida, quarenta assessores ganhando próximo de dez mil reais, o que vai dar quatrocentos mil reais/mês. Quarenta assessores com um custo aproximado de dez mil reais. Quatrocentos mil reais são quase meio milhão mensalmente. Então devido a escassez, acho válida a ideia, mas devido a escassez de recursos que Mococa enfrenta e que todos nós sabemos, eu me posicionei contrário à criação do cargo. Volto a frisar, até no sentido de proteger o prefeito que irá responder isto num futuro breve por questão de improbidade, por questão de responsabilidade fiscal. Não podemos gastar mais do que arrecadamos. É assim na casa da gente, se acontece a consequência vem. E virá, fatalmente virá por questões de números. A arrecadação não aumenta e a despesa aumenta. Inevitavelmente aumenta. Há pouco tempo nós votamos aqui a tão falada taxa de iluminação pública, que era um mal necessário para tentar equilibrar e normalizar as contas da Prefeitura. Fui totalmente favorável justamente pela escassez de recursos que Mococa enfrenta.

Devido a mesma escassez de recursos que Mococa enfrenta, enquanto Mococa estiver no CADIN, enquanto Mococa tiver sem a CND, enquanto Mococa tiver com a arrecadação toda comprometida, estourando o limite prudencial, eu sou contrário a toda e qualquer tipo de criação de cargo. Sugiro ao prefeito que extingue o que for possível extinguir: alugueis, assessoria. Tente agrupar departamentos no sentido de economizar. Já que não dá para aumentar a arrecadação eu não vejo outro caminho. Por isto que eu relatei contrário ao projeto na CCJ no sentido, as vezes a gente não é compreendido, mas no sentido até de tabela de proteger o Executivo no futuro próximo. **Em discussão o parecer contrário das comissões o vereador Aloysio Taliberti Filho** fala: “Presidente, vereadores e público presente. Eu queria dizer que eu sou favorável ao parecer contrário da Comissão. A nossa cidade tem aproximadamente setenta mil habitantes e não tem necessidade de tanto assessor. Não acredito que a criação de um departamento de Segurança vai resolver os problemas da nossa cidade. Sou contrário ao excesso de assessores. Eu sempre falei isto aqui desde a época da Maria Edna eu falava isto. Eu acho assim, que um Governo que oferece 1% de aumento ao funcionalismo público é porque realmente está sem grana. E se está sem grana não tem que criar departamento, nomear assessor. Muito pelo contrário, repito as palavras do Barison e do Elias, eu acho que a hora é de enxugar e gastar no que realmente seja prioridade para o nosso Município. Então já digo de antemão que sou favorável ao parecer contrário das Comissões, e sou contrário ao projeto se ele vier em discussão. **Em discussão o parecer contrário das comissões o vereador Agimar Alves** fala: “Senhora presidente, nobres vereadores e público presente. Eu sou contrário a este parecer, porque para mim e tenho certeza que também para o Brasilino, e peço também aos nossos companheiros que desde a Atividade Delegada a gente pede a ajuda de vocês porque nós não temos a nossa Segurança nos distritos. Então por isto a gente pede a vocês, porque pouco ou muito vai ajudar. Então lá nós não temos nada. A Atividade Delegada já está ajudando bastante o nosso distrito. Então pouco que nós temos lá, quando está com a Atividade Delegada eles atendem mais, ficam lá aos domingos dando segurança para o nosso povo. Agora com certeza a Guarda já está dando uma força em Igaraí e em São Benedito. Há poucos dias tivemos um problema lá na praça referente a brigas, eles foram, deram assistência junto à Polícia. Então eu jamais poderia votar contrário ao projeto que irá beneficiar o distrito de Igaraí. Eu acho que também os bairros da cidade de Mococa estão precisando de mais segurança. Então eu sou a favor porque tudo o que hoje se fala de segurança nós precisamos acatar. Se até o Estado está acatando porque ele não tem o número suficiente de polícia para atender ao povo. Então ele está abrindo esta chance para as guardas municipais. Está liberando dinheiro para ela trabalhar para termos mais segurança. Nós na qualidade de responsáveis pelo distrito, como representante, a gente acata também este projeto da criação desse cargo para que possamos ser atendido na questão da segurança no distrito. Inclusive o prefeito nos falou que irá fazer até os Boletins de Ocorrências em Igaraí. Então o guarda irá registrar o Boletim e enviar à Delegacia. O número de Boletim de Ocorrência talvez seja prejudicado lá pelo fato de ter que se deslocar de Igaraí à Mococa para fazer o Boletim. Tendo lá, vai ter rádio e tudo o mais. Vai fazer o Boletim e enviar à Delegacia. Então por isto que sou contrário a este parecer e sou favorável ao projeto para quem sabe a gente realize um pouco os nossos sonhos dos nossos distritos. **Em discussão o parecer contrário das comissões o vereador Luiz Braz Mariano** fala: “Senhora presidente, nobres colegas e público presente. Primeiro eu quero discordar do parecer jurídico, dizendo que o departamento estaria assumindo coisas que não são dele. Eu acho que jurídico nós podemos ter várias opiniões e discutir isto agora ou depois, porque nós entendemos que muitas vezes o que um entende o outro não entende. Eu, por exemplo, entendo que a prefeitura não vai assumir coisas do departamento daquilo que não é dela. No projeto está dizendo: “estabelecer, em conjunto com o Departamento de Trânsito Municipal e mediante convênio firmado com os órgãos de segurança estadual, as diretrizes...” Mediante convênio com órgão do Estado.... “gerenciamento e as prioridades de policiamento, controle e fiscalização do trânsito municipal; propor prioridades nas ações de policiamento investigativo, preventivo e ostensivo realizadas pelos órgãos de segurança pública que atuam no Município de Mococa-SP, por meio de intercâmbio permanente de informações e gerenciamento”. Gente, aqui está claro, é uma parceria que o departamento vai fazer e isto já é proposto a nível federal e estadual. É uma parceria que o Município faz com o Estado. Nessa parceira em conjunto a este gerenciamento, a esta administração da segurança pública do município. Eu tenho certeza absoluta que se analisar outro jurídico a posição vai ser diferente desta. Tanto é que está se propondo isto que já existe até uma lei de 2016 que autoriza o Estado a fazer parceria com os Municípios para liberar recursos para cidades que têm organização de um departamento de Trânsito. Tem uma lista aqui de quarenta, cinquenta cidades que já estão fazendo

isto, e foi comprovado que a segurança melhorou para o cidadão, para o empresário, para os comerciantes que precisam de segurança, para os donos de bares, de farmácias, como temos visto nos últimos tempos sendo invadidos com a luz do dia. A luz do dia o cara chega com uma bicicleta, rouba a farmácia, rouba o bar, rouba o comerciante. Então eu acredito que o parecer analisado por outros terá uma avaliação diferenciada. Então é uma parceria, gente. Não é uma autonomia do departamento. É uma parceria com o Estado que já tem esta lei que libera recursos. Uma parceria Federal. O Governo Federal já colocou quarenta e dois bilhões à disposição dos municípios, à medida que os municípios forem apresentando seus projetos, os seus planejamentos de segurança. Desses 42 já foi feita uma parceria com o BNDES e já liberou dez bilhões. O prefeito de São Paulo, Dória, saiu da reunião pulando de alegria. Está na reportagem. Porque ele vai conseguir monitorar vários pontos da cidade que ainda não são monitorados. Então é uma parceria com o Estado. É uma parceria com a Segurança do Estado. No meu ponto de vista não devemos acatar este parecer contrário, porque ele prejudica a Segurança do nosso Município. É o direito que eu tenho. O vereador tem o direito de dar o seu parecer, eu respeito. Mas para mim é um parecer que prejudica a Segurança do Município. Se prejudica a segurança do cidadão, prejudica a segurança das escolas, onde precisa ter ronda escolar, ronda da saúde, conforme eu apresentei aqui na última avaliação que nós tivemos. De todas as unidades de saúde que tem, todas elas, a dificuldade que se tem para fazer o trabalho da Saúde da Família, de ir às casas, é a violência, é o tráfico de drogas. O que o Poder Executivo quer é melhorar a segurança do Município. É claro que aqui não vai virar, como foi dito outra vez, uma Suíça, um lugar seguro. Em lugar nenhum isto acontece. Mas vai melhorar e muito. Além e ter de fato algo que seja qualificado, algo que tem ferramentas para poder fazer este trabalho, a medida que conseguir fazer também os convênios com o Estado e com a Federação. Agora, senhora presidente, falando também de economia, nós sabemos que está difícil sim. Primeiro eu queria dizer que é claro que a gente pode antecipar a discussão, mas a questão salarial ainda não foi votada, ainda não foi decidida. Houve uma discussão, uma primeira conversa, mas não está definido que é 1, que é 2, que é quantos por cento. Ainda está em diálogo. Então não é uma coisa definida para a gente dizer que já foi feito isto. Não foi feito isto ainda. Vamos lutar, vamos trabalhar. Já fomos ao gabinete, já conversamos com o chefe do Sindicato, estamos na batalha para que seja de fato respeitado o direito do funcionário para que ele possa de fato ter uma vida digna. Nós já fomos e estamos fazendo isto constantemente. Agora nós queríamos dizer também, senhora presidente, que hoje está tendo sim economicidade até para poder fazer uma atitude como esta para melhorar a segurança do nosso Município. Hoje o departamento de Saúde foi assumido por uma pessoa que não vai onerar mais os cofres públicos porque já onerava. Muito pelo contrário, ele não vai receber dois salários. Vai receber por uma função. Então hoje o departamento de Saúde em nível de chefamento tem uma economia do salário do chefe, ou do vice-prefeito. Então tem uma economia. Hoje, por exemplo, com a situação que nós vimos aqui do Aterro Sanitário, está sendo assumido por um funcionário, que já vai ter uma economia senão de 100%, uma economia apenas de ajuste de salário, porque ele já é funcionário. O departamento de Trânsito hoje é gerenciado por uma pessoa que não recebe do Município. Ele recebe do Estado. O salário de quem está no departamento de Trânsito hoje não é pago pelo Município. É pago pelo Estado. Então está existindo economia. Talvez não toda aquela que eu quero, que você quer, que nós queremos, mas está existindo economia sim. Hoje nós sabemos também que até o prefeito municipal não recebe pelo Município. Ele recebe pelo Estado. Não é que ele quer receber dois salários, é que ele tinha a oportunidade...ele podia receber pelo Município ou pelo Estado, mas recebendo pelo Estado não onera os cofres públicos. O salário dele não sai do Município, sai do Estado. O salário do chefe do departamento de Trânsito não sai do Município, sai do Estado. Também temos funcionários nomeados em chefias de departamentos que recebem apenas uma complementação, como é o caso do departamento de Educação, o senhor Oswaldo é funcionário público. A Silvana é funcionária pública. A encarregada da Cultura é funcionária pública. Eles estão recebendo o salário e a complementação. Então está havendo sim economia". **Em aparte o vereador Brasilino Antonio de Moraes** fala: O administrador do distrito de São Benedito é funcionário público, o administrador do distrito de Igaraí é funcionário público. **Retomando a palavra o vereador Luiz Braz Mariano** fala: Então está havendo sim um ato de economicidade. Volto a dizer, pode não ser tudo aquilo que a gente quer e que talvez até precise, mas está havendo sim. Então eu vejo que esta programação de outras pessoas e funcionários estarem assumindo, só na Saúde estamos economizando um salário, no departamento de Trânsito estamos economizando um salário, no caso do prefeito estamos economizando um salário do Município. No caso do Jábar nós estamos economizando parte, ficando

apenas com o complemento. Então nós queremos dizer que somos contrários a este parecer porque entendemos que este parecer vai derrubar um projeto que visa a segurança do Município, que visa dar segurança ao cidadão. É claro que não vai alcançar os objetivos de uma segurança 100%. Isto não acontece em lugar nenhum. Mas vai melhorar a segurança para o cidadão, para o senhor de idade que vai ao banco receber o seu salário de aposentadoria e que tem ali um malandro esperando para roubá-lo. Vai ajudar a melhorar com a parceria com o Estado e com a Nação as rondas escolares para que tenha mais condição de proteger o jovem que a gente sabe tem muitos traficantes de drogas nas portas das escolas para oferecer maconha, cocaína e outras coisas na porta da escola. A gente sabe, está cansado de saber que isto acontece. Vai favorecer para que possamos melhorar a segurança quanto as invasões que tem nas residências, roubando eletrodomésticos, coisas que a família compra para pagar em dez, doze, quinze parcelas, vai lá um ladrão, entra na sua casa e rouba. Vai melhorar a sensação de segurança sim daquele cara que está construindo a sua casa, que largou a sua construção lá, pôs os fios na casa, aí entra alguém lá e rouba todos os fios. Vai melhorar a segurança. Se não vai alcançar os 100% vai dar condições com parceria com o Governo através deste departamento de monitorar a cidade em vários pontos, que é o sonho de todo mundo, são feitos aqui requerimentos por vários vereadores. Onde que está o monitoramento que foi prometido? Podemos vislumbrar isto. Uma central de telefonia para atender a população. Cursos de formação. Melhor atenção a Guarda Municipal, que nós sabemos que precisa. A gente sempre luta e fala deles aqui, com aparelhamento, com uniformes, com melhores veículos, com reforma dos veículos que já existem. Então, senhora presidente, eu entendo que este parecer contrário prejudica que nós consigamos dar melhor segurança para o nosso Município. Este parecer para mim é para se provar que no futuro um prefeito que veio da Segurança não conseguiu dar Segurança para o Município. Daqui dois anos, daqui três anos. Para dizer ao povo: está vendo, ele veio da Segurança e não conseguiu dar Segurança para o Município. Então cabe a nós sim, no meu ponto de vista, votar com responsabilidade. E esta é a responsabilidade, dar proteção as crianças, dar proteção as famílias, dar proteção aos idosos. Não vamos ser a melhor cidade do mundo, mas não vamos dar o passo contrário diante de tantas cidades que já deram um passo desta forma. Então conforme eu disse aqui, senhora presidente, não entendo que juridicamente o projeto esteja prejudicado, e entendo que está sendo feito sim ações, principalmente estas últimas que nós vimos, que traz economia e que viabiliza a aprovação do projeto. Então eu sou contrário a este parecer. **Em discussão o parecer contrário das comissões o vereador José Roberto Pereira** fala: “Senhora presidente, nobres vereadores. Eu conversei, discuti tanto com os dois lados. A segurança a gente sabe que tem que melhorar. Não sou contra a criação do departamento e sim quanto contra a criação de cargo. O primeiro projeto seria um diretor responsável pelos dois departamentos. Independente de ser Estado ou Município, é dinheiro de impostos nossos que vai pagar. Não é porque o Estado vai pagar que nós temos que deixar. Então se for um diretor e ele assumir os dois departamentos, como tinha falado, tudo bem. Como eu citei aqui o departamento de Meio Ambiente. O coordenador é apenas uma diferença. Porque dentro das medidas que nós temos que fazer, dentro da lei orçamentária, dentro do parecer que a Comissão deu, dentro do que o jurídico passou, eu também voto junto com a Comissão. Eu acho que segurança não é aumentar polícia, se fosse assim o Exército já tinha resolvido o problema de segurança do Rio de Janeiro. O que vai resolver a segurança no Município é escola, é geração de emprego, é educação. Nós temos que trabalhar em cima disto e trabalhar forte. A gente sabe que hoje tem muitas portarias, tem muitas escolas, como as da própria prefeitura, que são monitoradas pelo pessoal da Guarda Municipal. E quem vai fazer a função que esse pessoal faz hoje? Então não é só emprego, não é só o departamento. E esse pessoal? Quem vai suprir essas vagas que estarão vagas no próprio Gabinete, na prefeitura da Rua Quinze de Novembro e em outros locais? Então dentro daquilo que a gente pediu, dentro daquilo que a gente tinha conversado, o projeto ele não veio da maneira que foi conversado e do jeito que eu sempre falei com vocês. Inclusive nós conversamos sobre isto hoje na Comissão e com o pessoal para eu entender. Mas se tem a missão de segurança, concordo plenamente, mas desde que seja na mesma linha. A primeira parte do projeto, a primeira conversa que veio era um diretor para dois departamentos, não três diretores para dois departamentos. Mesmo que a Guarda Municipal necessita ela tem a lei, tem que ser um membro da própria Guarda para ocupar o cargo de diretor e também ter o diretor de Trânsito. Então o projeto não veio como a gente conversou, como que a gente ia votar. Então eu não concordo, eu sou favorável ao parecer. **Em discussão o parecer contrário das comissões o vereador Aloysio Taliberti Filho** fala: Eu queria apenas falar uma coisa aqui na boa, sem briga. Vereador Luiz Braz, você acredita em tudo isto que você falou que vai ter no departamento se ele

for criado? O senhor na qualidade de vereador no quinto mandato, o senhor acredita que tudo isto que o senhor falou neste departamento se ele for criado vai existir em Mococa? **Em aparte o vereador Luiz Braz Mariano** fala: Nobre colega, eu acredito sim. Se houver responsabilidade, se as pessoas que estão fazendo o projeto assumir o compromisso como estão assumindo, tendo certeza que isto pode acontecer. Como eu disse, jamais alcançaremos 100%, porque 100% cidade nenhuma no mundo tem. Mas nós vamos caminhar muito além de onde nós estamos. **Retomando a palavra o vereador Aloysio Taliberti Filho** fala: O senhor acredita, por exemplo, que os problemas de Igaraí e São Benedito, que o Agimor e o Brasilino falaram vão ser resolvidos? **Em aparte o vereador Luiz Braz Mariano** fala: Acredito piamente. Eu falo isto de olhos fechados. **Retomando a palavra o vereador Aloysio Taliberti Filho** fala: O senhor acha que a Saúde é bem administrada em Mococa? **Em aparte o vereador Luiz Braz Mariano** fala: Mas qual a relação da Saúde com o assunto? **Retomando a palavra o vereador Aloysio Taliberti Filho** fala: Eu vou chegar lá. Eu só perguntei. O senhor acha que ela é bem administrada? **Em aparte o vereador Luiz Braz Mariano** fala: O senhor acha que ela é bem administrada? **Retomando a palavra o vereador Aloysio Taliberti Filho** fala: Eu acho. **Em aparte o vereador Luiz Braz Mariano** fala: Então. **Retomando a palavra o vereador Aloysio Taliberti Filho** fala: Então eu vou falar uma coisa para o senhor. O senhor fala em parceria, que parceria dá certo. Se as parcerias com o Governo com o Município, Governo Federal e Governo Estadual dessem certos, o senhor acha que todas as santas casas do país estariam quebradas? **Em aparte o vereador Luiz Braz Mariano** fala: Se tivesse uma administração séria, se tiver um trabalho sério com certeza estaria melhor que está hoje. **Retomando a palavra o vereador Aloysio Taliberti Filho** fala: Mas no fundo, Braz, as parcerias que existem com o Governo Federal, com o Estado, com a Educação, com a Segurança, com a Saúde, eles só prometem recursos e não vem nada. São insignificantes os recursos que vem. **Em aparte o vereador Luiz Braz Mariano** fala: Nobre colega, o que o senhor está comparando é totalmente diferente. O orçamento da Saúde e da Educação é um valor enorme. **Retomando a palavra o vereador Aloysio Taliberti Filho** fala: É enorme, mas insuficiente. **Em aparte o vereador Luiz Braz Mariano** fala: O orçamento da Segurança não é o mesmo valor da Saúde. **Retomando a palavra o vereador Aloysio Taliberti Filho** fala: É proporcional. **Em aparte o vereador Luiz Braz Mariano** fala: Tanto é que o senhor sabe que a Saúde e a Educação levam quase que todo o orçamento do Município. O senhor sabe disto. O orçamento da Segurança é pouco em relação à Saúde e a Educação. Por isto nós queremos fazer uma Segurança capaz. **Retomando a palavra o vereador Aloysio Taliberti Filho** fala: Eu sei disto. Mas é tudo proporcional. O que eu falo é o seguinte, que essas parcerias aí que prometem, é porque querem jogar as coisas para o Município, e o Município não dá conta de nada. Esta que é a verdade. **Em aparte o vereador Luiz Braz Mariano** fala: Nobre colega, mas neste caso..., eu acho que a gente está rompendo o Regimento aqui. Quero dizer que neste caso é o contrário. O Município está fazendo parceria. **A presidente** diz: Só um minuto. Eu vou ter que cortar. Este debate, eu estou deixando vocês...você pediu aparte ao vereador, mas nós não podemos continuar desta forma. Então o senhor usa a palavra, depois o outro vereador usa a palavra, porque este embate não é possível acontecer. **O vereador Aloysio Taliberti Filho** fala: Mas não foi pedido aparte. Estava em discussão e eu fiz uma pergunta ao vereador Luiz Braz. Nada demais. **A presidente** diz: Eu permiti porque isto pode acontecer uma, duas vezes, mas não este embate. **O vereador Aloysio Taliberti Filho** fala: Então é como eu falei, eu não acredito nessas parcerias. Eu respeito a opinião do senhor, como eu tenho a minha, mas eu acho que estas coisas não dão certo. Não vão melhorar os problemas de segurança da nossa cidade. **O vereador Luiz Braz Mariano** fala: O que a gente está querendo dizer é que neste caso está invertido, é o contrário. O Município não está tendo nada neste sentido. Ele não está abrindo mão de um recurso para ter mais. Se ele vai conseguir ou não é outra coisa. Mas nós não estamos abrindo uma porta que o Município vai fazer alguma coisa. Estamos tentando abrir uma porta para o Município receber esse tipo de ajuda. Então é o contrário. Desta vez quem está possibilitando que haja um recurso por mais pouco que ele venha, é o Município que está abrindo esta porta, organizando esse departamento para poder ter condições de solicitar recursos dentro daquilo que são as leis vigentes. **O vereador Aloysio Taliberti Filho** fala: O tempo nos dirá. **Em discussão o parecer contrário das comissões o vereador Brasilino Antonio de Moraes** fala: Na verdade já discutiram muito o assunto, e eu não devia nem falar. Um mês atrás só numa noite foram roubadas três casas em São Benedito. Os comércios todos já foram lesados com roubo a mão armada. Quer parabenizar o responsável pela Guarda que ultimamente tem ido guardas quase todos os dias ao distrito de São Benedito. Eles estão circulando por lá, e até aqueles desocupados que a gente via tem desaparecido bastante. Então eu

também vou votar contrário ao parecer das Comissões. Eu peço isto porque para os nossos distritos isto vai ser muito bom. Nós tivemos este mesmo problema quando foi votada a Atividade Delegada, o projeto ficou aqui vários tempos debatendo, ele nos ajudou bastante. Acredito que hoje não estamos tendo a Atividade Delegada devido à falta da CND, mas na quarta-feira estará regularizada, se Deus quiser. Então estará retornando também a Atividade Delegada para nos ajudar. Segurança quanto mais, melhor. Eu peço a compreensão de todos, que ajudem, porque para o meu distrito, faço minhas as palavras do vereador Agimar, será maravilhoso, será muito bom se Deus quiser. Eu confio. **Em discussão o parecer contrário das comissões o vereador Edimilson Manoel** fala: “Senhora presidente, senhores vereadores e público presente. Nós sempre conversamos muito. A gente que trabalha com criança e adolescente a gente conversou que Mococa necessita de um olhar diferenciado para a segurança pública. A gente sempre fala dos Conselhos e nós temos aí parecer favorável do CONSEG, que é um Conselho que tem uma representatividade da população. Em reuniões com os grupos também de adolescentes com as escolas a gente vê a necessidade de um olhar diferenciado para uma organização em nível de segurança pública. No mandato da Maria Edna fiz parte e tenho muito orgulho, ela teve um olhar diferenciado para esta área, porém depende de muitas pessoas, de muitas coisas. Eu estou vendo também este olhar diferenciado neste projeto. Eu acho que o Município necessita deste olhar. Analisando o projeto, lendo o projeto, vendo o parecer favorável do CONSEG, que tem uma representatividade na segurança do nosso município, meu voto é contrário ao parecer. **Em discussão o parecer contrário das comissões o vereador Eduardo Ribeiro Barison** fala: “Senhora presidente, primeiro eu quero deixar bem claro que este projeto quando chegou foi altamente analisado pela Comissão. Este questionamento que eu apresentei sobre a questão da constitucionalidade ela é embasada no parecer do IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, que esta Casa tem de consultoria jurídica. Então quando você propõe prioridades nas ações de policiamento investigativo, preventivo e ostensivo, me desculpa, isto é ação do Governo Estadual e Federal: “contribuir para a prevenção e a diminuição da violência...”, atribuição do Governo Federal e do Governo Estadual. Isto é claro. Mas o que mais pega aqui também e eu não vou, senhora presidente, ser irresponsável e fazer um parecer favorável em um projeto que ultrapassa o limite prudencial. Não vou. Isto podemos responder juridicamente lá na frente. Não vou. Quem votar neste projeto não está sendo responsável, porque estamos ultrapassando. E não me venha com conversa de economicidade, juntando..., porque a única pessoa que fez aglutinação de governo, foi você, Elisângela, o resto nenhum fez. É o contrário. Esta atual administração é a que mais tem assessor nomeado na história de Mococa, e com a arrecadação pífia, pequena. É mais um sinal, gente. Outra coisa, meus queridos, nestes dias eu fui comer um sanduíche lá na Vila e o cara que fornece lanche aos atletas está há três meses sem receber. As entidades estão sem receber, e vem falar de economicidade nesta situação? Tudo está sem receber. Os médicos sem receber o plantão. Então está tudo sem receber. Lembro, vamos pegar o resultado do ano passado, 28 milhões de déficit. Cancelamento de Restos a Pagar – 17 milhões. Quanto que dá isto? 45 milhões em sete meses, e vem falar de economicidade? Queridos, está aqui o parecer entregue no terceiro quadrimestre da audiência em que eu estive: 2017 – 51,41%. Eles estão usando isto aqui para justificar o não aumento aos funcionários públicos, e não querem usar para criar um novo cargo. Eu não sou contra a criação da Secretaria de Segurança Pública, a diretoria. Eu acho que a gestão tem que ser inteligente. Se você tem um departamento com apenas oito funcionários, por que não agregar valor a esse departamento? Que mude de nome, agregue todo mundo. Como o vereador Bob falou que o projeto inicial não era este, de criação de cargos comissionados. E este recurso, senhora presidente, para pagar esse funcionário novo, este cargo, que se invista na Guarda Municipal, que dê treinamento, use este recurso para direcionar. Eu tenho certeza que pelo menos dois carros por ano se compraria com esse dinheiro para a Guarda Municipal. O que eu quero dizer, senhora presidente, o mais importante como o vereador Elias disse, e concordo com vossa excelência, Elias, a Operação Delegada sim. A Operação Delegada faz falta. Ela tem custo baixo. Ela é de acordo com a realidade do Município. Ela pode fazer por questão de policiamento. Ela sim. Agora do jeito que está se prometendo aqui nós vamos transformar a cidade numa Dinamarca, vai acabar a violência, será zero. Mococa vai ser um caso de estudo que vai ser importado para o mundo inteiro com violência zero. E não vai ser como o Maluf falava “Rota na Rua”, vai ser “Guarda na Rua”. Não quero desmerecer os guardas não, porque os guardas fazem um trabalho excelente. Eles trabalham numa condição muito aquém da sua realidade. São pessoas que merecem o nosso valor. Mas não me venha com conversa de criação de cargo que seja coisa para resolver a questão da segurança pública. Não é. A criação de um cargo não é a questão para resolver a situação da segurança pública em Mococa. Em lugar

nenhum. Quando o vereador Bim falou da questão, entendi o que você falou, vereador. Tudo o que municipaliza piora. O Governo Estadual e o Governo Federal estão tirando da reta. Só que quem tem que correr atrás do dinheiro depois é a Prefeitura. Aqui eles estão querendo fazer o contrário, estão querendo fazer a banana comer o macaco. Então eu fico assim extremamente preocupado e falo: não vou ser responsável por uma irresponsabilidade orçamentária desta. Eu não vou chancelar. Quem chancelar vai ser responsável por isto. Eu não. Por isto que eu peço, votem favoráveis ao parecer da Comissão de Constituição e Justiça, e desfavorável ao projeto. **Assume a presidência o vice-presidente**, vereador Carlos Henrique Lopes Faustino. **Em discussão a Vereadora Elisângela Maziero** diz: Senhores vereadores e público presente. Quero parabenizar a todos que discutiram este parecer. Parabenizar a Comissão pelo trabalho e dizer que eu concordo em gênero, número e grau com o que foi dito aqui pelo Barison, pelo Bim, pelo Bob, pela Val, enfim. Sou favorável ao parecer contrário porque sou responsável. Porque estou vendo um número que matematicamente isto não pode ser feito. Nós estamos falando que a folha de pagamento está acima do limite prudencial. O próprio prefeito está falando. O próprio prefeito está justificando que não pode dar aumento para os funcionários porque está acima do limite prudencial. Como é que vai criar cargo, pelo amor de Deus? Eu sinceramente não sou política deste mundo porque eu não sei vender ilusão deste jeito. Não consigo entender também, Bim, como é que vai conseguir resolver todos os problemas da segurança pública colocando um diretor. Nós já temos uma Guarda Municipal com um Corpo de funcionários, é lógico que precisam sempre de uma atenção. Vamos investir mais na nossa Guarda. Nós já temos excelentes funcionários. Olha só o que vocês disseram, já tem guarda municipal fazendo um trabalho essencial nos distritos sem o diretor, sem a criação do cargo. Ou então vamos fazer o que foi sugerido aqui no requerimento, juntar os dois departamentos, como já é hoje. Vamos só trocar o nome, ao invés de diretor de Trânsito passar para ter um diretor de Segurança Pública. Vai fazer o mesmo efeito. Nós estamos aumentando uma despesa para um município quebrado, falido, e não tem só esse cargo. Eu não sei o que eles estão pensando. Eu não consigo entender, porque não tem só este cargo para criar, tem mais oito. Tem mais projeto aí criando cargo. Eu sinceramente não estou conseguindo entender. As economias que foram ditas agora, que o diretor do departamento de Saúde é o vice-prefeito, o diretor do Aterro é o...gente, isto tudo aconteceu neste mês. Se ele está acordando, vamos rezar para ele acordar então. Vamos rezar para ele continuar acordando, agora neste mês acho que tem um ou dois diretores aí que estão acumulando, que estão assumindo outras funções. Então vamos rezar para ele acordar e diminuir estes 34 assessores que tem, porque está demais. Já tem muito assessor. Tem assessor demais. Nós estamos aí com o Tribunal de Contas, que começa a dar o alerta quando atinge 48%, nós estamos em 51,41% e o limite prudencial é de 51,3%. Não somos nós que vamos responder, é o prefeito que vai responder por crime de improbidade. Não pode dar este aumento. Ele está descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não pode. Não é querer. Não é acreditar que vai tudo ser resolvido, que todos os problemas da cidade vão ser resolvidos. Tomara que seja parte dos problemas resolvidos com algumas atitudes. Se for criado, porque vai ser aprovado, eles vão derrubar o parecer e vão aprovar o projeto, e daqui a um ano, dois anos, no final do mandato a gente vai rever e vai ver o resultado da criação deste cargo. Tenho certeza, Bim, que nós vamos ver daqui a um ano, daqui a dois anos, nós vamos estar aqui se Deus quiser e ver o quanto que a criação de um cargo vai modificar a segurança pública do nosso Município. Não é assim. Eu não acredito em políticas públicas feitas desta maneira. Eu acredito em políticas públicas com responsabilidade. Sou favorável a criação do departamento de segurança pública, mas de uma forma que vá reestruturar o que já existe e não onerar mais os cofres públicos, porque não pode. Está falando aqui que não pode. A Câmara vai solidariamente também ser responsável, corresponsável, porque a Câmara é um órgão fiscalizador. Nós estamos vendo, nós temos documentos que não pode e estão aprovando o negócio? Tem mais uma coisa também. A nossa receita ao invés de aumentar ela está caindo. O Supremo Tribunal Federal cancelou aquele recurso do ISS, lembra que a gente aprovou, que viria cerca de mais de dois milhões para o Município no ano? Esse recurso já não vai ter mais. Esse recurso não vem mais para o Município. Então o que foi projetado para este ano já é para menos. Não é para mais, é para menos. Então veja bem. Seria favorável a uma reestruturação. Sou favorável a equipar a Guarda, a dar toda atenção, a modernizar, a melhorar. Sou favorável a tudo isto. Mas sou contra criar um cargo neste momento em que nós estamos vendo que o município não pode fazer. Tomara que o prefeito acorde para mais algumas atitudes de economizar mais alguns cargos e não criar. Vamos torcer para isto. **Reassume a Presidência a vereadora Elisângela Maziero. Em discussão o parecer contrário das comissões o vereador Luiz Braz Mariano** fala: "Senhora presidente e

nobres colegas. Eu só queria dizer que foi falado de percentual. O percentual com relação ao Estado que é o mesmo imposto. Esse que é tirado do Estado não entra na folha, como o vereador falou. Também foi falado que aumentar a polícia não adianta nada. Também acho que não foi falado desta forma. Foi falado é da criação de um departamento. Também foi falado em municipalização. Também não é assunto de municipalização. Então através da Lei 13.022 de 2014, das Guardas Municipais, junto com o departamento, tudo isto que é julgado incorreto cai por terra porque permite de fato todo este trabalho de apoio a segurança pública do Município. Então só queria dizer que é a criação de um departamento e que dentro dele há possibilidade com certeza, senão 100%, mas de melhorar muito bem a segurança do nosso município. **Em discussão o parecer contrário das comissões o vereador Eduardo Ribeiro Barison** fala: "Senhora presidente, deixar bem claro que no projeto fala da criação do departamento, mas o objeto de maior interesse é a criação do cargo de diretor do departamento de Segurança Pública. Então todos nós aqui somos favoráveis a criação de um departamento de Segurança Pública, porém não da forma que ele está sendo proposto. Mas o objetivo maior é a criação de um cargo. Repito mais uma vez, não chancelarei uma irresponsabilidade desta. Feita a votação nominal do PARECER CONTRÁRIO DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE AO PROJETO DE LEI Nº 045/2017 foi rejeitado por 8 (oito) votos contrários e 7 (sete) votos favoráveis. Votaram nominalmente CONTRÁRIOS ao PARECER CONTRÁRIO DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE AO PROJETO DE LEI Nº 045/2017, os vereadores: Agimar Alves, Aparecido Donizeti Teixeira, Brasilino Antonio de Moraes, Carlos Henrique Lopes Faustino, Edimilson Manoel, Francisco Carlos Cândido, Josimar Alves Vieira e Luiz Braz Mariano. Votaram nominalmente FAVORÁVEIS ao PARECER CONTRÁRIO DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE AO PROJETO DE LEI Nº 045/2017, os vereadores: Aloysio Taliberti Filho, Daniel Girotto, Eduardo Ribeiro Barison, Elisângela Mazini Maziero Breganoli, Elias de Sisto, José Roberto Pereira e Valdirene Donizeti da Silva Miranda. **PROJETOS EM 1ª DISCUSSÃO: PROJETO DE LEI Nº 045/2017**, de autoria do Prefeito Wanderley Fernandes Martins Júnior, que Dispõe sobre a criação do Departamento de Segurança Pública Municipal – DSPM no Município e dá outras providências, com parecer contrário das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Orçamento, Finanças e Contabilidade. Feita a votação nominal do PROJETO DE LEI Nº 045/2017 foi aprovado por 8 (oito) votos favoráveis e 7 (sete) votos contrários em 1ª discussão. Votaram nominalmente FAVORÁVEIS AO PROJETO DE LEI Nº 045/2017, os vereadores: Agimar Alves, Aparecido Donizeti Teixeira, Brasilino Antonio de Moraes, Carlos Henrique Lopes Faustino, Edimilson Manoel, Francisco Carlos Cândido, Josimar Alves Vieira e Luiz Braz Mariano. Votaram nominalmente CONTRÁRIOS ao PROJETO DE LEI Nº 045/2017, os vereadores: Aloysio Taliberti Filho, Daniel Girotto, Eduardo Ribeiro Barison, Elisângela Mazini Maziero Breganoli, Elias de Sisto, José Roberto Pereira e Valdirene Donizeti da Silva Miranda. **PROJETO DE LEI Nº 010/2018**, de autoria do Prefeito Wanderley Fernandes Martins Júnior, que dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar, com parecer favorável das Comissões. Feita a votação nominal do Projeto de Lei nº 010/2018 foi aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis em 1ª discussão. A Presidente informa que os inscritos para falar em Explicação pessoal terão o tempo de dois minutos. **EXPLICAÇÃO PESSOAL: VEREADOR CARLOS HENRIQUE LOPES FAUTINO:** Absteve-se de falar. **VEREADOR AGIMAR ALVES:** Eu gostaria de deixar registrado um fato que aconteceu no distrito de Igaraí na semana passada, inclusive foi matéria veiculada em jornal. Quero deixar ciente que uma parte o jornal fala a verdade e a outra ficou um pouco a desejar. Não é o NAI todo que está com problemas. O nosso NAI está funcionando corretamente, mas temos lá o médico e, segundo a população, ele não vem atendendo a contento. Depois chegou esta informação via internet e até mim. Então eu levei os responsáveis, que são o Márcio e o Felipe e os coloquei de frente a chefe do NAI, a Márcia, onde conversaram e ficou de se resolver o problema. Sempre quando ocorre alguma coisa é preciso ouvir as duas partes. Eu não tenho até o presente momento o que ficou resolvido. **VEREADOR JOSÉ ROBERTO PEREIRA:** Eu quero fazer uso da palavra para falar sobre o convite do senhor prefeito para uma audiência pública para discutir a lei orçamentária num domingo das 5h da tarde às 7h da noite. É lamentável um negócio deste. É pedir para a população não ir. E após um feriado, no dia 22. Eu acho que vocês deveriam chegar até ao prefeito e pedir para alterar o dia. Eu acho que estas discussões tem que ser em dia útil. Eu acho que no domingo a tarde discutir a lei orçamentária da

cidade não tem condições. Todos nós recebemos o convite aqui. Acho que isto é desconsiderar a gente que está aqui todos os dias trabalhando para a população. Vai ser na Casa de Cultura. No comércio a gente trabalha direto até aos sábados, agora neste sábado que é feriado, no domingo tem a audiência pública. Acho que tínhamos que pedir ao prefeito rever isto e marcar nova data em dia útil. Senhora presidente, envie um documento amanhã em nome dos vereadores. Eu acho que a gente precisa pedir a alteração do dia dessa audiência. **VEREADOR JOSIMAR ALVES VIEIRA:** O Rincon, como abdicou do uso da palavra falou o seguinte, foi marcado para o domingo para dar oportunidade de ir mais gente. No dia três deste mês estivemos em São Paulo juntamente com o prefeito Wanderley. Fomos assinar um convênio de 180 mil reais para aquisição de uma máquina retroescavadeira. Trabalho feito juntamente com o Wagner Becker e com o assessor mocoquense do deputado Edmir Chedid, Cirney Corraini, que deu um apoio grande para a gente. Então quero deixar registrado que a gente conseguiu. Quero aproveitar e parabenizar o pessoal de Mococa. Nós tivemos a sessão solene em comemoração ao aniversário de 162 anos da cidade de Mococa, e também a Filarmônica Mocoquense que aniversariou nestes dias. Então quero deixar registrado o nosso prazer de ter a nossa Banda há 126 anos. **VEREADOR LUIZ BRAZ MARIANO:** Eu quero usar a palavra apenas para agradecer o debate que a gente teve aqui hoje. Teve algumas coisinhas, mas eu acredito que a gente conseguiu debater de uma forma mais amena, mais tranquila, não entrando em situações pessoais. Agradeço mesmo, porque a gente debateu o que cada um pensava, a ideia de um, as conclusões do outro, de uma Bancada. Eu acho que isto é produtivo para o Poder Legislativo e para nós que aqui estamos. Agradeço inclusive a participação do vereador Dr. Aloysio Taliberti Filho que travou um debate comigo de uma forma legal. Ele me questionou, faz parte. Mas a gente teve a oportunidade de fazer um debate com mais razão e menos coração e emoção. Então eu acredito que isto hoje para mim como vereador foi algo muito produtivo, e acredito que a gente pode caminhar para este lado. Afinal de contas eu não tenho ninguém como inimigo aqui. Do fundo do meu coração nenhum é meu inimigo. Nenhuma pessoa é minha inimiga. Nós estamos debatendo ideias e planos de governo, e cada um de nós tem um lado. Vocês já foram situação, eu já fui oposição. Hoje está invertido. Eu acho que se a gente conseguir fazer um debate sempre neste sentido vai ser produtivo e a gente vai se prejudicar menos um com o outro. Eu acho que ninguém quer sair daqui após dois ou três anos como inimigo de alguém, até porque isto aqui é passageiro, daqui alguns dias não estaremos mais aqui. Somos seres humanos e merecemos dar esta oportunidade um ao outro. É claro que isto não vai impedir que a gente possa ter debates acalorados aqui. **VEREADOR EDUARDO RIBEIRO BARISON:** Absteve-se de falar. A **Senhora Presidente** convida a todos para a audiência pública sobre a criação do Conselho Municipal do Bem-Estar Animal – Projeto de Lei nº 011/2018 no dia 24 de abril, terça-feira, às 19h30min. Informa também que a audiência pública sobre os idosos foi remarcada para o dia 26 de abril às 19h30min. Lembra também sobre a audiência pública do Executivo Municipal no domingo dia 22 de abril às 17h na Casa de Cultura para discutir sobre a Lei de Diretrizes Orçamentária. **Em Questão de Ordem o vereador Luiz Mariano pergunta** se ficou agendada para a semana que vem reunião com o diretor do Aterro Sanitário, senhor Jábar. A **Senhora Presidente** informa que ficou acordado com o mesmo que estará na Câmara na segunda-feira às 19h, e que será feita no Plenário com transmissão ao vivo. Informa que na sessão teria que cumprir o Regimento e as regras da Tribuna. Não havendo mais matérias na pauta da Ordem do Dia, nem mais inscritos para uso da palavra em Explicação Pessoal e nem na Tribuna Popular, e nada mais havendo a tratar, a **senhora Presidente**, sob a proteção de Deus, declara encerrados os trabalhos da presente sessão ordinária, convocando os Srs. Vereadores para a próxima sessão ordinária no dia 23 de abril de 2018 em horário regimental. Lavrou a Ata a **Vereadora Valdirene Donizeti da Silva Miranda**, 2ª Secretária da Câmara Municipal, que depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa

---

APROVADA

Sala das Sessões \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Elisangela M. Maziero Breganoli  
Presidente

Elias de Sisto  
1º. Secretário

Valdirene Donizeti da Silva Miranda  
2ª Secretária